

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI  
CURSO DE GEOGRAFIA BACHARELADO

Michele Madruga Pachetes

**A IMIGRAÇÃO AFRICANA PARA O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE (RS):  
da imigração para escravização à nova imigração do sul-global**

Rio Grande – RS, 2022

**Michele Madruga Pachetes**

**A IMIGRAÇÃO AFRICANA PARA O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE (RS):  
da imigração para escravização à nova imigração do sul-global**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Geografia.

Orientador: Professor Cristiano Quaresma de Paula

Rio Grande– RS, fevereiro de 2022

**Michele Madruga Pachetes**

**A IMIGRAÇÃO AFRICANA PARA O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE (RS):  
da imigração para escravização à nova imigração do sul-global**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Geografia.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula  
Universidade Federal do Rio Grande

---

Profa. MsC. Elisangela De Felipe  
Universidade Federal do Rio Grande

---

Geógrafa MsC. Marília Cardoso Lopes  
Doutoranda Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## RESUMO

Os movimentos migratórios da população africana para o município de Rio Grande/RS se deram desde o início da formação da cidade, e tem continuidade na atualidade com outras características. Diante disso, constitui objetivo deste estudo consiste em discutir a imigração africana no município do Rio Grande/RS, no período escravocrata e na atualidade, considerando as motivações e itinerários dos imigrantes, bem como as desigualdades sócio-espaciais em que estão inseridos. Para isso foi realizada uma análise do processo de imigração forçada, com foco na escravização no município do Rio Grande/RS, por meio de pesquisa bibliográfica. Além disso, buscou-se evidenciar as desigualdades socioespaciais atuais decorrentes da migração para escravização. Também buscou-se compreender as características da imigração senegalesa, que integram esse novo fluxo migratório chamado de sul-global. Para atingir os resultados, realizou-se pesquisa no banco de dados do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, para caracterizar o processo migratório dos senegaleses para o Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande. Foram considerados dados de 2010 a 2019 da base de dados harmonizados CTPS-RAIS-CAGED. Para descrever a trajetória dos imigrantes senegaleses até o município do Rio Grande e sua inserção no cotidiano municipal, foi realizada uma entrevista semiestruturada como forma de trazer a perspectiva do sujeito, no caso, o próprio imigrante senegalês. A entrevista foi realizada durante a abordagem da temática migração, na disciplina de Geografia da População, no curso de Geografia da FURG. Na ocasião Ernest Mbaye, imigrante senegalês, compartilhou com os alunos sua trajetória, suas vivências e expectativas desde quando deixou o país de origem até a chegada ao município de Rio Grande/RS.

**Palavras-chave:** Imigração. Escravização. Desigualdades. Senegalês. Sul-global.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Pirâmide Etária, por Cor, Brasil (Censo de 2010) .....   | 29 |
| Figura 2 - Pirâmide Etária, por Cor, Rio Grande - RS (Censo de 2010) .....                                      | 29 |
| Figura 3 - Pirâmide Etária do Brasil por Raça, Censo de 2010. ....  | 30 |
| Figura 4 - Pirâmide Etária de Rio Grande - RS por Raça, Censo de 2010. ....                                     | 31 |
| Figura 5 - Alfabetização, por raça, Brasil, Censo de 2010.....  | 31 |
| Figura 6 - Alfabetização, por raça, Rio Grande - RS, Censo de 2010. ....  | 32 |
| Figura 7 - Rendimento Nominal médio Mensal por raça/cor no Brasil .....   | 32 |
| Figura 8 - Rendimento Nominal médio Mensal por raça/cor em Rio Grande/RS .....                                  | 33 |
| Figura 9 - Rendimento médio por cor/raça e situação do domicílio, em Rio Grande /RS<br>.....                    | 33 |
| Figura 10 - População branca, em Rio Grande/RS .....  | 34 |
| Figura 11 - População Preta, em Rio Grande/RS .....   | 35 |
| Figura 12 - População Parda, em Rio Grande/RS .....   | 36 |
| Figura 13 - Concentração da população com renda média de até 1/8 de salário mínimo –<br>Rio Grande/RS.....      | 37 |
| Figura 14 - Concentração da população com renda média de mais de 10 de salários<br>mínimos – Rio Grande/RS..... | 38 |
| Figura 15 - Concentração da população por renda média mensal em Rio Grande/RS                                   | 39 |
| Figura 16 - Concentração da População Não Alfabetizada - Rio Grande /RS.....                                    | 40 |
| Figura 17 - Gráfico do total de imigrantes senegaleses no Brasil por ano.....                                   | 43 |
| Figura 18 - Imigrantes senegaleses por sexo no Brasil .....   | 44 |
| Figura 19 - Imigrantes senegaleses por idade e sexo no Brasil .....   | 45 |
| Figura 20 - Nível de instrução dos imigrantes senegaleses no Brasil.....  | 45 |
| Figura 21 - Movimento de contratações de imigrantes senegaleses por ano no Brasil                               | 46 |
| Figura 22 - Renda média dos imigrantes senegaleses por sexo no Brasil .....                                     | 47 |
| Figura 23 - Status migratório dos imigrantes senegaleses no Brasil .....  | 48 |
| Figura 24 - Total de imigrantes senegaleses por ano no Rio Grande do Sul.....                                   | 49 |
| Figura 25 - Imigrantes senegaleses por cidades no Rio Grande do Sul.....  | 50 |
| Figura 26 - Imigrantes senegaleses por sexo no Rio Grande do Sul .....  | 51 |
| Figura 27 - Nível de instrução dos imigrantes senegaleses por sexo no Rio Grande do<br>Sul.....                 | 52 |
| Figura 28 - Movimento de contratações de imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul<br>.....                   | 52 |
| Figura 29 - Status migratório dos imigrantes senegaleses por ano no Rio Grande do Sul<br>.....                  | 53 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 30 - Total de imigrantes senegaleses por ano em Rio Grande/RS.....                          | 53 |
| Figura 31 - Imigrantes senegaleses por idade em Rio Grande/RS.....                                 | 54 |
| Figura 32 - Renda média dos imigrantes senegaleses por ano e sexo em Rio Grande/RS<br>.....        | 54 |
| Figura 33 - Nível de instrução dos imigrantes senegaleses por sexo em Rio Grande/RS<br>.....       | 55 |
| Figura 34 - Movimentos de contratações de imigrantes senegaleses por ano em Rio<br>Grande/RS ..... | 55 |
| Figura 35 - Status migratório dos senegaleses em Rio Grande/RS .....                               | 56 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>RESUMO</b> .....  | <b>5</b>  |
| <b>LISTA DE FIGURAS</b> .....  | <b>6</b>  |
| <b>1 Introdução</b> .....  | <b>10</b> |
| 1.1 Justificativa.....   | 11        |
| 1.2 Objetivos .....  | 12        |
| 1.2.1 Objetivo geral.....  | 12        |
| 1.2.2 Objetivos específicos .....  | 12        |
| 1.3 Apontamentos metodológicos .....   | 12        |
| 1.3.1 Descrição sobre o processo de imigração forçada (escravidão) em Rio Grande do século XVII ao XIX .....                                 | 12        |
| 1.3.2 Pesquisa quantitativa em bancos de dados oficiais do IBGE e do Observatório das Migrações.....   | 12        |
| 1.3.3 Trajetória de imigrante senegalês até o município do Rio Grande e sua inserção no cotidiano municipal.....                             | 13        |
| <b>2 A imigração forçada de africanos (escravizados) para o município do Rio Grande e seus reflexos em desigualdades socioespaciais.....</b> | <b>14</b> |
| 2.1 Breve histórico do processo de imigração forçada com objetivo de escravidão para o município do Rio Grande .....                         | 15        |
| 2.1.a Caracterização da escravidão no Brasil Meridional.....   | 16        |
| 2.2 Desigualdades socioespaciais por cor ou raça no município do Rio Grande .....  | 27        |
| 2.2.a Panorama geral do município do Rio Grande .....  | 28        |
| 2.2.b Reflexos na organização socioespacial do município.....  | 34        |
| <b>3 A nova imigração do sul-global – um olhar para os dados da imigração dos senegaleses.....</b>   | <b>41</b> |
| 3.1 A imigração de senegaleses para o Brasil.....  | 42        |
| 3.2 A imigração de senegaleses para o Rio Grande do Sul.....   | 48        |
| 3.3 A imigração de senegaleses para o Rio Grande-RS.....   | 53        |
| 3.4 Trajetórias de vida de um imigrante senegalês do município do Rio Grande.....  | 56        |
| 3.4.1 Trajetória de Ernest Mbaye .....   | 57        |

|                            |           |
|----------------------------|-----------|
| <b>4. Conclusões .....</b> | <b>62</b> |
| <b>Referências .....</b>   | <b>65</b> |



# 1 INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios da população africana para o município de Rio Grande/RS se deram logo no início da formação da cidade. Os imigrantes africanos escravizados foram trazidos durante a expedição de João de Magalhães, que tinha como propósito garantir a posse das terras do extremo sul do Brasil. Esse processo se deu até 1888, quando foi assinada a Lei Áurea, sendo o Brasil o último país a abolir a escravidão. No entanto nenhuma estrutura foi dada aos cidadãos negros que foram libertos. Isso fez com que a grande maioria passasse a viver à margem da sociedade, sendo assim, mal vistos e discriminados pela “elite”. Isso se reflete até os dias atuais, como podemos perceber observando os dados oficiais, como os dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

No Brasil grande maioria da população não se declara preta justamente por vivermos num país ainda extremamente racista. Muitos se declaram pardos, tendo em vista que evitam se identificados como negros, uma vez que a negritude foi associada a algo ruim, feio, negativo, etc. Mesmo assim, se consideramos os pretos e pardos como parte da população negra, vemos que ainda são a maioria da população brasileira. Quando analisamos os dados do estado do Rio Grande do Sul e do município de Rio Grande, a situação da invisibilidade negra ainda é mais grave (IBGE, 2012). Isso se dá justamente pelo que foi mencionado anteriormente: as culturas da Europa são tomadas como exemplo a ser seguido até hoje.

Atualmente, um novo processo migratório chamado de migração do sul-global ainda está em curso e causa fortes modificações econômicas, étnicas e culturais no Rio Grande do Sul e no município do Rio Grande. Observa-se no cotidiano deste município uma presença cada vez maior de imigrantes africanos, especialmente de senegaleses, que muitas vezes, por parte da população, encontram-se em situação de invisibilidade, como se não tivessem os mesmos direitos de cidadania dos outros moradores da cidade.

Com base em Torres (2008) foi feita uma contextualização histórica da imigração africana para Rio Grande no contexto escravocrata. Já a apresentação do processo migratório atual - do sul-global – foi abordada de acordo com o que está apresentado no Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2020). Como destacam os dados do IBGE, esses processos migratórios de população africana evidenciam e aprofundam desigualdades sociais. Por isso, como defende Da Luz (2020), é importante reconhecer as trajetórias e espacialidades dos imigrantes, nesse trabalho dos senegaleses. Podemos entender, conforme propõe Milton Santos (2006) que estes sujeitos estabelecem redes de solidariedade no local.

Metodologicamente a pesquisa bibliográfica e documental deu suporte à descrição do processo de imigração forçada (escravização) para o Sul do Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande do século XVII ao XIX. O contexto atual de marginalização da população negra foi

tratado a partir de bancos de dados do SIDRA (IBGE, 2012b), e a análise dos processos migratórios atuais partiu da Base de Dados Harmonizados (CTPS-RAIS-CAGED) (MJSP, 2021), logo a análise foi realizada sobre dados secundários que permitiram a construção de gráficos e mapas. Já a análise qualitativa sobre as trajetórias de um imigrante e sua inserção no cotidiano municipal foi realizada por meio de entrevista semi-estruturada.

### **1.1 Justificativa**

O presente trabalho de conclusão de curso se justifica diante da constante chegada de imigrantes africanos no município de Rio Grande/RS. Acredito na importância desta temática de estudo, considerando que a cidade foi construída em cima de mão de obra destes imigrantes escravizados<sup>1</sup> no passado.

Para o conhecimento científico, o tema abrange diversas áreas dentro da Geografia, em especial, a Geografia humana. Buscando obter um olhar mais humanizado sobre essa população, é de grande relevância que tenhamos discussões mais amplas sobre a temática da migração do chamado sul-global para o Brasil, sobretudo para o sul do país. Importante também promover a disseminação do assunto, dentro da ciência no âmbito escolar, a fim de se conhecer verdadeiramente a história que existe por trás de todo o processo de formação da cidade e o porquê de negros ainda serem tão discriminados e vítimas de tanto preconceito. Quando a temática racial é abordada já no início da formação, acredito que fica muito mais fácil formar para a vida, cidadãos mais humanos e respeitosos com seus semelhantes.

No atual contexto, o presente trabalho também substancia o envolvimento da Universidade Federal do Rio Grande frente a esse tema da migração do sul-global. Assim, busco contribuir através da universidade, enquanto instituição, na mobilização para exercer uma postura que reconhece o papel do imigrante africano no município. Pretendo contribuir para a comunidade acadêmica promovendo a reflexão, de como se pode acolher essa população que vem para a região cada vez em maior número, de como a nossa universidade pode proporcionar debates nos quais os imigrantes se vejam e se sintam pertencentes a esse espaço e como podemos trazer aos futuros geógrafos/as essa visão humanizada para dentro da Geografia.

Por fim, este trabalho busca contribuir com pensamentos reflexivos para a sociedade rio-grandina em geral. Pretendemos dar o devido reconhecimento aos imigrantes africanos que aqui estão hoje e aos que vieram anteriormente e construíram a história do município de Rio Grande/RS. No atual cenário, é fundamental desenvolver na comunidade como um todo, um trabalho contínuo de aprendizados, trocas de experiências e um olhar acolhedor. Precisamos fomentar as discussões de combate ao racismo, que pode acontecer de diferentes formas; da discriminação direta, como por exemplo, barrar o acesso de um cidadão negro a determinado lugar ou serviço, como também dificultar que o mesmo tenha oportunidades de ter condições

---

<sup>1</sup> Escravizado: que foi alvo de escravidão.

mínimas de cidadania e continuar disseminando a visão marginalizada que permeia sobre o grupo.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Discutir a imigração africana no município do Rio Grande/RS, no período escravocrata e na atualidade, considerando as motivações e itinerários dos imigrantes, bem como as desigualdades sócio-espaciais em que estão inseridos.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

Analisar o processo de imigração forçada no município do Rio Grande/RS, por meio de bibliografia e documentos históricos;

Evidenciar as desigualdades sócio-espaciais decorrentes de processos migratórios de africanos no período escravocrata e na atualidade;

Compreender as motivações e itinerários dos imigrantes senegaleses até o município.

## **1.3 Apontamentos metodológicos**

### **1.3.1 Descrição sobre o processo de imigração forçada (escravidão) em Rio Grande do século XVII ao XIX**

#### 1.3.1.a Pesquisa bibliográfica

Segundo Matos e Lerche *apud* Fonseca (2002), em linhas gerais a pesquisa bibliográfica consiste em um levantamento de trabalhos científicos já existentes e publicados sobre o tema a ser estudado. O referencial teórico analisado pode aparecer em formatos como publicações avulsas, livros, jornais, revistas, artigos, vídeos, internet, etc. Esse levantamento serve como apoio para o pesquisador ter conhecimento do que já foi estudado sobre o assunto. (FONSECA, 2002).

Neste trabalho foi realizada pesquisa sobre artigos, trabalhos de conclusão de curso e livros, que permitam compreender o histórico de imigração forçada no município do Rio Grande – RS do século XVII ao XIX

### **1.3.2 Pesquisa quantitativa em bancos de dados oficiais do IBGE e do Observatório das Migrações**

#### 1.3.2.a Dados secundários IBGE por setores censitários

Pesquisa em banco de dados do IBGE referente ao censo de 2010 por setores censitários para caracterização das desigualdades raciais. Essa etapa foi realizada no estudo

dirigido da disciplina Geografia da População, onde analisou-se os resultados do universo do Censo de 2010.

#### 1.3.2.b Dados secundários Observatório das Migrações

Pesquisa no banco de dados das imigrações para caracterizar o processo migratório dos senegaleses para o Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande, e caracterizar a população imigrante. Serão considerados dados de 2010 a 2019 e da base de dados harmonizados CTPS-RAIS-CAGED.

### ***1.3.3 Trajetória de imigrante senegalês até o município do Rio Grande e sua inserção no cotidiano municipal***

#### 1.3.3.a Entrevista semi-estruturada

Realização de uma entrevista semi-estruturada com imigrantes senegaleses residentes no município do Rio Grande – RS. Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Segue o roteiro de perguntas da entrevista:

Exponha o contexto em que vivia no país de origem;

Destaque as motivações para a imigração para o Brasil;

Descreva a trajetória do processo migratório até chegar ao Brasil;

Apresente o processo de chegada considerando a acolhida e o processo formal (documentação);

Discorra sobre a movimentação no Brasil, no Rio Grande do Sul até a chegada em Rio Grande;

Apresente o contexto de chegada em Rio Grande e o processo de inserção social no município;

Comente sobre a sociabilidade dos imigrantes no município do Rio Grande

## **2 A IMIGRAÇÃO FORÇADA DE AFRICANOS (ESCRAVIZADOS) PARA O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E SEUS REFLEXOS EM DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

Os primeiros movimentos de migração da população africana para a cidade do Rio Grande/RS ocorrem no início do processo de formação do município. De acordo com Torres (2018), “os imigrantes africanos escravizados foram trazidos durante a expedição de João de Magalhães, que tinha como propósito garantir a posse das terras do sul do estado do Rio Grande do Sul”. (TORRES, 2018, p.12)

Em fevereiro de 1737 acontece a fundação oficial da cidade do Rio Grande, contando ativamente com o trabalho de negros escravizados na construção do município, já que eram os imigrantes africanos mão de obra explorada pelos senhores de escravos. Muitos destes imigrantes, além de serem escravizados ainda eram alugados para prestação de serviços a outros senhores, conforme aborda Torres (2018). O autor menciona que os senhores que possuíam um certo excedente de negros escravizados, alugava os mesmos para a obtenção de uma fonte extra de rendimentos. Os portugueses, para alguns historiadores, criaram a cultura de que trabalhos manuais ou que demandassem de força física deveriam ser executados pelos negros escravizados e não pelo branco europeu. Sobre este ponto, Torres (2018) diz que “o europeu viera para o Novo Mundo não para lavrar a terra como o camponês, mas para dirigir, para mandar, dominar e enriquecer-se à custa do trabalho escravo” (TORRES, 2018, p.16). Seguindo esse pensamento, os africanos que foram trazidos para o município para cuidar inicialmente do gado, acabaram por realizar todo tipo de trabalho: de serviços ligados ao porto, como carga e descarga de mercadorias transportadas via marítima à funções diversas como carpintaria, construção, vendas de rua e as mulheres foram destinadas a realização de serviços domésticos e/ou também eram designadas à função de amas de leite. (TORRES, 2018)

Em 1888, o Brasil foi o último país a abolir a escravatura, porém nenhuma estrutura foi dada aos cidadãos negros que foram libertos. Isso fez com que a grande maioria passasse a viver em regiões sem estrutura, à margem da sociedade, sendo assim, mal vistos e discriminados pela “elite”. A partir daí, foi se instaurando a cultura do embranquecimento, pois quanto mais claro fosse o tom de pele daquela pessoa, menos ela sofreria os efeitos do racismo. Desde muito cedo, pessoas negras são levadas a questionar sua condição racial. O mundo apresentado na escola geralmente mostra as culturas europeias como sendo superiores a todas as outras, sendo assim um ideal a ser seguido, e tudo que difere disso é considerado “não normal”.

Torres (2018) reforça esse contexto mencionando que, quando as senzalas foram extintas, na abolição da escravatura, esse fator fez com que surgissem os bairros pobres nas periferias das cidades, já que aos negros libertos não foi ofertado nenhum subsídio que lhes

garantissem alguma dignidade. A oferta de vagas com menor qualificação nas indústrias que surgiram também colaborou para a alocação dessa quantidade de mão de obra. Ao Brasil, até a proibição do tráfico negreiro, chegaram mais de três milhões de imigrantes negros escravizados, conforme expõe Torres (2018). “Produzir riquezas, seja na grande propriedade, na charqueada, no trabalho portuário ou no espaço doméstico de uma família luso-brasileira, era o papel histórico imposto ao negro que se estendeu por mais de três séculos” (TORRES, 2018, p.39). E mesmo mais de um século depois, a derrocada da entidade escravista ainda não é o suficiente para a construção de uma cidadania plena para os negros, pois ainda herda os preconceitos do passado e desafia os caminhos da modernidade no presente. (TORRES, 2018)

Ao fazermos uma análise do município de Rio Grande segundo dados obtidos pelo IBGE e relacionar a distribuição da população e a renda média, podemos observar que os que residem nas áreas urbanas da cidade concentram as maiores rendas, principalmente os que vivem nas redondezas da área central do município. Uma das causas dessa realidade seria a concentração de pessoas nessas localidades que podem pagar por melhores condições de moradia e mobilidade. Nas periferias, se encontra a parte mais carente da população, com menor poder aquisitivo e que precisa se submeter a empregos com menor remuneração, recorrendo inclusive à empregos irregulares. Outro fator que deve ser considerado é que a população das áreas periféricas é formada por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, e segundo o IBGE essas populações possuem renda média inferior. (IBGE, 2010)

## **2.1 Breve histórico do processo de imigração forçada com objetivo de escravidão para o município do Rio Grande**

No Rio Grande do Sul, os estudos sobre a escravidão começam a ser idealizados por Dante Laytano no fim da década de 1930. Como menciona Torres (2018) “sua pesquisa resultou em levantamento documental e demográfico que evidenciou a participação expressiva dos negros na população sul-riograndense (p.10). A partir dos anos 1980 os estudos se intensificaram e diversas universidades do Rio Grande do Sul passaram a publicar estes resultados em dissertações e/ou teses, o que acarretou em intensa e qualificada produção historiográfica. (TORRES, 2018)

No estabelecimento de um breve histórico a respeito da escravidão no município do Rio Grande, considerou-se relevante partir de uma contextualização do Sul do Brasil, com base em Cardoso (2003), e na sequência especificar o município do Rio Grande, no contexto do Sul do Rio Grande do Sul, com base em Torres (2018).

## 2.1.a Caracterização da escravidão no Brasil Meridional

A utilização da mão de obra escravizada, no Sul do Brasil foi instável, uma vez que ela atendia aos interesses do momento econômico da região, ou seja, a função do negro escravizado variava conforme o mercado ia se expandindo. (CARDOSO, 2003)<sup>2</sup>

Durante o regime escravocrata, a maior parte das inversões era feita pela mão de obra escravizada, levando em consideração as precárias condições de produção e também porque esta mão de obra era, por vezes, abundante dependendo da região, da economia do local, fosse economia para a exportação, para o mercado interno ou para a economia de subsistência. (CARDOSO, 2003)

Por esses motivos, de acordo com Cardoso (2003) a análise da participação do negro na formação do Rio Grande do Sul depende da compreensão do processo histórico de desenvolvimento econômico desta área do Brasil Meridional (região Sul do Brasil):

O escravo foi utilizado apenas em escala restrita na economia das vilas fortificadas e nos currais que retinham o gado preado. Esta afirmação é verdadeira tanto para o período inicial da penetração do Sul, isto é, para o período da ocupação da zona entre a costa e as lagoas, como para os momentos posteriores da penetração luso-brasileira na direção do sul, do sudoeste e do oeste, pois a penetração se fez, em regra, através de pontos fortificados e de estâncias de pilhagem. Às vezes estas últimas assumiam a dupla característica que marcou o processo de penetração no sul, transformando-se em núcleos de guerreiros pilhadores de gado, ou melhor, de saqueadores de gado militarizados. Isto significa que houve negros escravos desde a primeira metade do século XVIII, no início do processo de formação do Rio Grande do Sul. Basta lembrar a composição da Frota de João Magalhães (1725), formada na maior parte por homens pardos, escravos de Brito Peixoto, povoador de Laguna. A referência à qualidade de pardos atribuída a acompanhantes dos primeiros conquistadores, povoadores e preadores de gado é comum nos documentos relativos ao antigo Continente de São Pedro. A correspondência dos governadores do Rio Grande, desde a do fundador do Presídio histórico, aponta, algumas vezes, a presença de escravos. (CARDOSO, 2003, p.59)

Também fica evidente que o negro continuou realizando trabalho escravo, agora em menor escala, nas áreas de fronteiras móveis, que iam se adaptando ao domínio português. No século XIX, os viajantes que percorreram as áreas recém agregadas à Província ou à Capitania registraram a presença do negro escravizado nas atividades econômicas. Segundo Cardoso (2003) “estas observações são válidas mesmo para as regiões missioneiras e para as fronteiras de Corrientes e do Uruguai, onde a abundância da mão de obra indígena tornava praticamente desnecessária a escravidão negra.” (CARDOSO, 2003, p.60)

Arsene Isabelle *apud* Cardoso (2003) indica que, entre o pessoal que formava uma tropa que fazia o comércio entre as Missões e o Rio Pardo, havia dois negros e um índio, e que os viajantes que iam em direção à Porto Alegre, se abrigavam em casas de hóspedes nas estâncias, e sempre tinha um negro ou um índio encarregados de servi-los. Saint-Hilaire *apud*

---

<sup>2</sup> Essa publicação é baseada na tese do autor. Parte da pesquisa de tese foi realizada na biblioteca pública municipal de Rio Grande.

Cardoso (2003) refere-se sempre a criados negros nas estâncias da fronteira, na região das Missões na direção do Rio Pardo; Luccock *apud* Cardoso (2003), viajando, por área de povoamento mais antigo, também menciona a presença de negros escravizados nas estâncias, trabalhando em afazeres domésticos para atender aos forasteiros. (CARDOSO, 2003)

Cardoso (2003) destaca também, a pobreza de dados e informações populacionais do período colonial, principalmente sobre o arranjo dessas populações segundo a cor e a condição. Mesmo assim, a proporção entre brancos e negros em muitas regiões do Rio Grande do Sul não deixava dúvidas sobre o quanto os negros tinham papel relevante no conjunto da população. Segue a, na tabela 1, a sistematização de dados que evidencia a presença de negros no Rio Grande do Sul, organizado por Cardoso (2003):

Tabela 1 - Censo da População do Rio Grande do Sul, por zonas, segundo a condição da população presente em 1814

|                                       | Branco | Índigenas | Livres | Escravos | Recém-nascidos | Total  |
|---------------------------------------|--------|-----------|--------|----------|----------------|--------|
| Freguesia de Viamão                   | 1.545  | 188       | 11     | 908      | 160            | 2.812  |
| Santo Antonio da Patrulha (freguesia) | 1.706  | 8         | 330    | 961      | 98             | 3.103  |
| Conceição do Arroio                   | 837    | 19        | 180    | 538      | 74             | 1.648  |
| São Luiz de Mostardas (freguesia)     | 723    | 5         | 68     | 281      | 74             | 1.151  |
| N. S. dos Anjos (aldeia)              | 1.292  | 256       | 233    | 716      | 156            | 2.653  |
| Porto Alegre (cidade)                 | 2.746  | 34        | 588    | 2.312    | 431            | 6.111  |
| S. Bom Jesus de Triunfo (vila)        | 1.760  | 55        | 240    | 1208     | 193            | 3.456  |
| Santo Amaro (vila)                    | 953    | 27        | 66     | 773      | 65             | 1.884  |
| São José do Taquari (fazenda)         | 1.092  | 42        | 67     | 433      | 80             | 1.714  |
| Rio Pardo (cidade)                    | 5.931  | 818       | 969    | 2.429    | 298            | 10.445 |
| Cachoeira (vila)                      | 4.576  | 425       | 398    | 2.622    | 204            | 8.225  |
| Piratini (vila)                       | 1.439  | 182       | 335    | 1.535    | 182            | 3.673  |
| Pelotas                               | 712    | 105       | 232    | 1.226    | 144            | 2.419  |
| Rio Grande (cidade)                   | 2.047  | 38        | 160    | 1.119    | 226            | 3.590  |
| Missões (povos)                       | 824    | 6.395     | 77     | 252      | 403            | 7.951  |
| Total da província                    | 32.300 | 8.655     | 5.399  | 20.611   | 3.691          | 70.656 |

Fonte: Cardoso (2003)

Os dados acima sugerem que a participação do negro escravizado na população do Rio Grande do Sul, pelo menos a partir do último quartel do século XVIII, teve bastante destaque.

A proporção acentuada de negros na população gaúcha no começo do século XIX. pode ser compreendida quando se considera que, além da lavoura do trigo e da utilização do escravizado em todo tipo de serviços domésticos e ofícios urbanos, houve outro canal regular



de absorção da mão de obra escravizada na economia gaúcha: a estância e o charque. (CARDOSO, 2003).

Foi a indústria do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul. O aproveitamento da carne através da salga e do curtimento data de 1780. Antes dessa época abatia-se o gado somente para o aproveitamento do couro. A salga e subsequente secagem das carnes existiam apenas para o uso das estâncias. Só a partir do estabelecimento de Pinto Martins (1780) houve a comercialização regular do produto. Entretanto (se bem que nos fins do século essa atividade já fosse florescente na área de Pelotas, às margens do rio do mesmo nome e do São Gonçalo, e na área próxima a Porto Alegre, às margens do Jacuí), só no segundo decênio do século XIX as charqueadas tiveram um impulso realmente acentuado. Em 1822 havia, apenas nos arredores de Pelotas, 22 charqueadas, e no início do século havia na própria vila de Porto Alegre dois estabelecimentos de salga, além dos que existiam às margens do Jacuí. (CARDOSO, 2003, p. 77)

Ainda conforme expõe Cardoso (2003) muitos negros foram remanejados para as zonas das charqueadas quando a expansão da indústria do charque se acelerou. Como consequência dessa expansão, logo o mercado começou a enviar os produtos para fora do país, dando início ao processo de exportação do charque e do couro produzidos na região. Nesse contexto, segundo Cardoso (2003) não era possível quantificar o número preciso dos negros escravizados realocados para atuar na exploração do charque, mas através de estatísticas demográficas se tinha o conhecimento de que nas áreas das charqueadas a população negra era numerosa. Saint-Hilaire *apud* Cardoso (2003) relata que em cada charqueada, cerca de 80 negros escravizados realizavam os trabalhos no local. (CARDOSO, 2003)

Nas áreas urbanas, a mão de obra escravizada do negro também era bastante utilizada, tanto para a execução de serviços domésticos quanto no desenvolvimento de trabalhos manuais, como o artesanato. Os viajantes que por aqui passavam, relatavam a presença de negros realizando este tipo de trabalho em toda parte, conforme descreve Luccock *apud* Cardoso (2003):

"Sempre que muitos são da propriedade de um só senhor, aqui, como no Rio, costuma-se ensinar a alguns deles o ofício de carpinteiro, a outro o de remendão e os restantes habilitados a diversas ocupações úteis; costumam também alugá-los a quem deles possa necessitar, ressarcindo assim vantajosamente os gastos que tiveram em instruí-los. Há grande escassez, aqui, de artesãos livres; creio que apenas um ferreiro, um sapateiro, um ou dois carpinteiros, nenhum ferrador, torneiro ou operário profissional em estanho ou latão, e, como em consequência disso é frequente que um estrangeiro encontre dificuldades em acorrer às suas necessidades, não somente são aqueles escravos muito disputados, como ainda bastante estimados pelas suas prendas para que os protejam de fadigas excessivas e maus tratos" (LUCCOCK *apud* CARDOSO, 2003, p. 83)

Ainda de acordo com Cardoso (2003), a utilização do negro escravizado foi bastante satisfatória, pois esta mão de obra podia ser empregada tanto para o trabalho nas cidades como nos trabalhos do campo, como por exemplo, na agricultura e no tratamento dos animais. (CARDOSO, 2003). Sobre esse contexto, o autor expõe que:

Em suma, os dados indicados parecem confirmar que o escravo negro supriu basicamente o mercado de trabalho nas zonas de povoamento antigo. Nessas,

tanto nas lides urbanas como na agricultura e na atividade pastoril- a partir do momento em que a criação se transformou em faina rotineira que se contrapunha às antigas arreadas impetuosas - houve o aproveitamento regular da mão-de-obra escrava. Nas áreas que se incorporaram à economia rio-grandense nos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira, sendo mais aproveitado na qualidade de doméstico que na de peão. (CARDOSO, 2003, p.76)

Cardoso (2003) considera que, independente da relevância que teve a quantidade de negros escravizados na formação da população, o papel executado por essa mão de obra foi decisivo na economia gaúcha. Pelos motivos expostos pelo autor, a economia de exportação brasileira de tipo colonial só aconteceu porque podia contar com o trabalho escravo. Tendo isso em vista Cardoso (2003) afirma que “no Rio Grande do Sul sempre que houve possibilidade de ser a produção local intensificada graças à articulação com os mercados consumidores de outras áreas, a economia gaúcha tendeu a organizar-se nos moldes da produção escravista.” (CARDOSO, 2003, p.86)

Cardoso (2003) ao descrever como se mantinham as populações locais, revela que o sustento vinha das atividades de agricultura da região e a mão de obra utilizada na realização do trabalho era de negros escravizados. Afirma ainda que é preciso ressaltar que a riqueza não se concentrou no início da formação do estado gaúcho. Houveram sim, senhores proprietários de grandes rebanhos, porém Cardoso (2003) afirma que “os estancieiros do Rio Grande realmente ricos e poderosos no período aqui considerado basearam sua riqueza muito mais no comércio dos gados que na posse das terras ou de animais.” (CARDOSO, 2003, p.65)

Cardoso (2003) aponta que a produção gaúcha do trigo também empregou mão de obra dos imigrantes negros escravizados. Ainda assim não se consegue explicar a proporção tão acentuada de negros na população do Rio Grande do Sul no começo do século XIX. Cardoso (2003) diz que esse fluxo pode ser melhor entendido quando se considera que, “além da lavoura do trigo e da utilização do escravizado em toda a sorte de serviços domésticos e ofícios urbanos, houve outro canal regular de absorção da mão de obra escravizada na economia gaúcha: a estância e o charque”. (CARDOSO, 2003, p.69)

Foi a indústria do charque, então, que intensificou a exploração da mão de obra do negro escravizado no Rio Grande do Sul. O aproveitamento da carne do gado através da salga e do curtimento inicia em 1780. Anterior a isso, Cardoso (2003) destaca que, do gado que era abatido, somente o couro tinha serventia. No início, salga e secagem das carnes eram feitas apenas para o uso das estâncias. Contextualizando a afirmação, Cardoso (2003) expõe que:

“[...]a partir do estabelecimento de Pinto Martins (1780) houve a comercialização regular do produto. Entretanto (se bem que nos fins do século essa atividade já fosse florescente na área de Pelotas, às margens do rio do mesmo nome e do São Gonçalo, e na área próxima a Porto Alegre, às margens do Jacuí), só no segundo decênio do século XIX as charqueadas tiveram um impulso realmente acentuado. Em 1822 havia, apenas nos arredores de Pelotas, 22 charqueadas, e no início do século havia na própria vila de Porto Alegre dois estabelecimentos de salga, além dos que existiam às margens do Jacuí.” (CARDOSO, 2003, p.77)

Sobre o fim da instituição escravocrata, relata Cardoso (2003) que, enquanto se obteve lucro com a mão de obra escravizada, que era barata e abundante, os grandes proprietários não se abalavam com as condições degradantes a que eram submetidos os negros escravizados, pois isso não os afetava e nem afetava o funcionamento das atividades das estâncias. Quando começou a faltar mão de obra e a concorrência alterou as situações favoráveis do mercado, o sistema mostrou sua face, sendo criticado pelos grupos que não eram beneficiados diretamente pela escravidão. A partir desse momento, que coincidiu e foi intensificado pelo declínio da escravidão no Brasil devido à proibição do tráfico negreiro, a queda do regime escravocrata no Rio Grande do Sul foi contínua e crescente. As tentativas de salvar a instituição escravocrata apenas serviram para reafirmar que o sistema era inviável no novo cenário diante dos novos empreendimentos econômicos da região, onde já se fazia emprego da mão de obra livre. Contextualizando esta afirmação, Cardoso (2003) expõe que “somente a incapacidade de alguns grupos senhoriais reajustarem-se à situação emergente fazia-os insistir em salvar a escravidão numa tentativa de salvar as próprias empresas”. (CARDOSO, 2003, p. 349)

### **2.1.b A escravidão no Sul do Rio Grande do Sul, com destaque ao município do Rio Grande**

Segundo relata Laytano (1995), o desenvolvimento das atividades agrícolas e o surgimento das charqueadas foram cenários ideais para a incorporação do negro escravizado, já que este trabalhador lhe custaria pouco e renderia bom lucro. O que, naturalmente, tornava o Rio Grande assustador era a manutenção da fronteira portuguesa.

“De tempo muito remoto, quase desde a sua descoberta, o Rio Grande tem sido considerado como uma espécie de purgatório dos negros; até a explosão da guerra civil, quando um negro das outras províncias do Brasil manifestava alguma disposição viciosa, Rio Grande era o destino que se lhe infligia como um castigo; e ainda há pouco, quase todos os dias, os periódicos da corte ofereciam negros para vender, com a condição expressa de serem exportados para o Rio Grande.” (DREYS *apud*. LAYTANO, 1995, p. 155)

Destaca Laytano (1995) que as investidas platinas arrasavam as propriedades particulares, e os proprietários rurais não encontravam outra alternativa para manter a integridade seus bens de campo que não fosse o negro escravizado, que morreria facilmente na defesa do seu senhor. O ambiente conflituoso gerava terror, porque os negros sabiam que poderiam morrer nas batalhas para favorecer o seu senhor. Entretanto, explica Laytano (1995), os negros das charqueadas do Rio Grande do Sul eram bem alimentados e bem tratados pelos seus senhores, que só lhes castigavam quando mereciam. Com a expansão da agricultura gaúcha, em 1824 começa a chegar o imigrante alemão. (LAYTANO, 1995).

Torres (2008) diz que a presença da população negra junto à barra do Rio Grande de São Pedro remonta à vinda, até as proximidades da sede da atual cidade de São José do Norte, da frota de João de Magalhães, que se deu entre 1725 e 1733, tendo como motivação o controle

do fluxo de gado da Vacaria do Mar visando à dinamização da economia brasileira nos quadros do sistema colonial. A ordem partiu do governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, que designou ao capitão mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, o deslocamento para a barra do Rio Grande com a finalidade de fundar uma povoação. Segundo Torres (2008), a frota permaneceu na região impedindo a passagem de castelhanos ou Tapes nas campanhas do Rio Grande, sendo a maior parte da frota formada por negros escravizados. Até julho de 1734, conforme relata Torres (2008), “já estavam estabelecidas 27 fazendas ou invernadas na restinga de São José do Norte (para o descanso do gado a ser transportado), demonstrando o interesse luso-brasileiro nesta atividade econômica e a necessidade em avançar para o sul do Brasil.” (TORRES, 2018, p. 101)

No século XIX, as atividades comerciais impulsionaram o desenvolvimento econômico e financeiro da cidade do Rio Grande. Muitos comerciantes se estabeleceram no município, com foco no comércio de exportação, importação ou serviços comerciais voltados ao funcionamento da própria cidade: venda de alimentos, tabernas, restaurantes ou casas de pasto. O andamento dos trabalhos dependia da exploração da mão de obra do negro escravizado. (TORRES, 2018)

As atividades de comércio de escravizados também faziam parte do cotidiano da cidade do Rio Grande, assim como do Brasil Colonial e Imperial. Conforme Gattiboni *apud* Torres (2018) o comércio interno à cidade de Rio Grande, “consideramos o quanto à atividade de leilão e venda foram corriqueiras” (GATTIBONI, *apud* TORRES, 2018, p. 32). Em todas as casas e no cotidiano das pessoas era de costume um negro trabalhando, revelando o quanto a escravidão perpassou as relações sociais. Seja para realizar tarefas simples, como lavar e passar roupas ou ainda passear com uma criança, Gattiboni *apud* Torres (2018) relata que era necessário o negro escravizado. “Esse comércio interno, doméstico e diluído, visava especialmente suprir com mão-de-obra escrava as atividades improdutivas. Sem sombra de dúvida, o comércio de escravos foi o grande negócio da escravidão”. (GATTIBONI *apud* TORRES, 2018, p. 32)

Torres (2018) destaca que a dependência da sociedade no período colonial do trabalho escravo fazia parte de quase todas as ações cotidianas, sendo também uma importante referência de *status* social. Quanto mais negros escravizados um senhor possuía, maior a sua importância, projeção social e financeira. “O escravo era considerado uma mercadoria que poderia ser comprada e vendida, tendo um custo elevado de aquisição, especialmente após 1850 com a proibição do tráfico negreiro.” (TORRES, 2018, p. 8)

Apesar de ser, como cita Torres (2018), uma instituição essencial para o funcionamento da sociedade brasileira durante os períodos colonial e imperial, a escravidão se tornou um tema esquecido nas décadas que se seguiram ao ano de 1888, quando a abolição da escravatura foi decretada através da assinatura da Lei Áurea. “Inclusive parte restrita da documentação foi queimada no intuito de evitar indenizações aos senhores e de esquecer o passado. Porém, o

esquecimento é artificioso, pois, a presença negra faz parte da genética, da cultura e da história do Brasil desde o século XVI.” (TORRES, 2018, p. 9)

Segundo Torres (2018), é difícil saber precisamente o número certo de negros no município pela ausência de dados como censos demográficos e dados mais precisos, como por exemplos, listas que registrassem a presença dos escravizados. “Os registros de óbito são incompletos pela tendência do senhor de evitar o pagamento de despesas com o sepultamento e por ser comum sepultar os escravos nas fazendas. Assim, os registros de batismo eram incompletos.” (TORRES, 2018, p. 13)

Para Santos *apud* Torres (2018), os portugueses criaram a mentalidade de que qualquer tipo de trabalho manual deveria ser destinado ao negro escravizado e não ao homem branco europeu. Este viera ao Novo Mundo não para trabalhar na terra como o camponês ou qualquer outro, mas para usufruir, dominar e enriquecer-se à custa do trabalho escravo. Os pioneiros que se estabeleceram nos territórios do atual Estado do Rio Grande do Sul não eram contrários a estas ideias. É por isto que já nas expedições de Brito Peixoto e João de Magalhães, encontramos a presença de negros escravizados. (TORRES, 2018)

De acordo com Torres (2018), na mentalidade limitada dos senhores que dominavam a sociedade colonial no Brasil, os serviços considerados não lucrativos eram destinados aos negros escravizados nas entâncias do Rio Grande do Sul. Para eles, serviços ligados à atividades domésticas ou que fossem essenciais para o sustento das propriedades (lavoura, horta, produção de queijos e linguiças, charque, etc.) deveriam ser exclusivamente designados aos negros. (TORRES, 2018)

Torres (2018) ainda menciona que a utilização da mão de obra dos negros escravizados nas atividades urbanas e domésticas ocorria de maneira intensa, como se fosse normal. Além de explorar os negros submetendo-os a trabalhos degradantes e exaustivos, senhores de escravos os alugavam a outros senhores ou comerciantes como forma de obter uma renda extra. Os escravos de aluguel eram prática comum nas vilas ou cidades do Brasil. (TORRES, 2018)

“O sistema de aluguel de escravo era uma das características mais importantes da escravidão urbana. Enquanto as mulheres negras eram procuradas para serviços domésticos e como amas de leite, os homens podiam atuar em serviços gerais ou especializados, como pedreiros, pintores, cozinheiros, tanoeiros, carpinteiros, vendedores de frutas e legumes etc.” (TORRES, 2018, p. 18)

É de extrema importância, para Torres (2018), destacar que as atividades da cidade do Rio Grande estavam significativamente relacionadas ao mundo Atlântico, aqui entendido como o conjunto de processos (econômicos, sociais e culturais) fruto da relação e movimento entre diferentes regiões e culturas que eram influenciadas entre si pelo Atlântico, dentre as quais estavam a Europa, América do Norte, América Central, África, províncias do Brasil e região platina. (TORRES, 2018)

“Nesta cidade comercial e cosmopolita, a escravidão era peça fundamental. Neste universo escravista e intimamente relacionado com as águas, os negros desempenharam um papel fundamental em atividades diretamente ligadas ao

ramo náutico. As conexões estabelecidas através da navegação de longo curso e cabotagem, onde marinheiros de diferentes regiões do Brasil entravam em contato, propiciavam variadas situações de circulação cultural no contexto do mundo Atlântico.” (TORRES, 2018, p. 20)

Segundo Torres (2018), Rio Grande, recebia em seus espaços urbanos não apenas os marinheiros, mas também pessoas de diferentes classes e que exerciam atividades distintas, que conviviam e compartilhavam entre si ideias, sentimentos, expectativas, projetos e visões particulares de mundo. Seja por motivo de trabalho ou lazer, era frequente a utilização dos espaços urbanos da cidade por negros escravizados ou livres, quitandeiras, vendedores, brancos pobres, etc. (TORRES, 2018)

Maestri Filho *apud* Torres (2018) descreve o quão desumano e brutal era o tráfico negreiro e quão humilhantes eram as condições das viagens que traziam os imigrantes africanos para o Brasil. Depoimentos da época, conforme Maestri Filho *apud* Torres (2018), relatam o estado de degradação de homens e mulheres adultos, jovens e crianças escravizados que conseguiam sobreviver à viagem e desembarcavam nos portos de destino: “pareciam fantasmas. Os homens nus, os sexos desproporcionalmente grandes para os corpos magérrimos; as mulheres, só ossos, as tetas caídas; as crianças arrastadas pelas mãos, pequenos zumbis” (MAESTRI FILHO *apud* TORRES, 2018, p. 22)

Conforme Dalla Vecchia *apud* Torres (2018), o trabalho escravo era baseado na violência e brutalidade, sempre rodeados de vigilância e repressão. Conforme o autor, a agressão física banalizada “é a face exterior da extrema violência com que era tratada a pessoa do escravo”. O mito de que a escravidão no Rio Grande do Sul foi “mais branda e suave foi um mecanismo ideológico para encobrir uma situação marcada por atitudes que reclamam justiça” (VECCHIA *apud* TORRES, 2018, p. 23).

O Noticiador *apud* Torres (2018) traz alguns exemplos dessa brutalização que foram preservados em suas páginas. Na edição do dia 1 de setembro de 1834 (Rio Grande, n.262), a notícia evidencia a indignação dos editores com a violência contra os negros escravizados:

“Um patrão de iate, na forma do costume bárbaro desta gente, deu uma grande sova em um escravo e o pôs a pão e a laranja sem serem embigudas, e não tratando da cura do miserável, morreu; que havia fazer o bárbaro homicida? Com todo o sangue frio mandou atar-lhe uma grande pedra a cintura e conduzir por dois pretos e um marinheiro, lançá-lo no canal: este horroroso crime foi descoberto; o monstro está preso, o sr. Juiz de paz Mesquita no exame do fato e nós em observação do seu resultado.” (O NOTICIADOR *apud* TORRES, 2018, p. 24)

Torres (2008) aponta que cansada de tantas formas de brutalidade e castigos impostos pelos senhores de escravos, a população escravizada inicia movimentos de resistência ao escravismo: fugas, agressão ou assassinato de senhores, suicídio e formação de quilombos. Tais movimentos, levaram os proprietários e os órgãos responsáveis pela repressão à aplicação constante de castigos físicos, prisões e até execuções públicas de escravos. Jornais da cidade do Rio Grande, conforme destaca Torres (2018) na segunda metade do século XIX estão

repletos de anúncios, pagos pelos senhores, sobre fugas de escravos. Um exemplo é transcrito a seguir:

“Fugiu hoje a escrava crioula de nome Izabel, cor preta, e pintando já os primeiros cabelos brancos, levou vestido de lanzinha já bastante usado e bata branca, esta foi escrava de Ignácio Francisco da Costa, de Pelotas, por isso se previne aos Senhores Comandantes dos vapores daquela carreira, assim como se protesta contra quem a tiver acoutado” (DIÁRIO DO RIO GRANDE *apud* TORRES, 2018, p. 25)

As fugas se tornaram cada vez mais frequentes. De acordo com Torres (2018), existiram quilombos em Pelotas, em São José do Norte, e inclusive em Rio Grande, no interior da Ilha dos Marinheiros, o Quilombo do Negro Lucas. Nesse quilombo abrigaram-se vários negros fugitivos durante mais de dez anos. (TORRES, 2018)

De acordo com o que relata Torres (2018) próximo à assinatura da Lei Áurea as fugas passaram a ocorrer em números cada vez maiores, o que fez com o sistema escravista fosse desmontado. Não foi uma tarefa fácil para os escravizados resistir ao sistema, passando por um caminho longo e persistente. Ações políticas através de jornais, atuação do movimento republicano e compra de alforrias foram alguns fatores que aceleraram o fim das relações escravistas em 1888. Porém, ainda conforme Torres (2018), o percurso de resistência dos escravizados precisou passar pelas fugas, pela organização dos quilombos, pelo suicídio, pelo homicídio. (TORRES, 2018)

Ainda sobre as fugas, Torres (2018) menciona que a imprensa da cidade do Rio Grande noticiou diversas ocorrências desde a década de 1850 até a abolição da escravatura em 1888. Os detalhes dados na descrição desde a características físicas às roupas ou objetos associados ao fugitivo, eram acrescentados à informações de que os negros tentavam fugir de Rio Grande para ingressar no Uruguai. Também era comum nos anúncios fazer ameaças à possíveis colaboradores que viessem a ajudar os negros de alguma forma. A seguir Torres (2018) destaca alguns exemplos destes anúncios:

“Fugiu no dia 31/01 das 5 para as 6 horas da tarde da casa de seus senhores Antônio José Martins de Castro e C., o seu escravo de nome Manuel, cor fula que passa por mulato, usa barba e bigode, dentes ralos, fala descansada, as pernas um pouco tortas para dentro, pés descarnados, inculca-se forro, levou vestido camisa de riscado e calça de algodão mescla, chapéu baixo e branco muito usado. Quem o capturar e levar em casa de seus senhores será gratificado. Assim como protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado”. (DIÁRIO DO RIO GRANDE *apud* TORRES, 2018, p. 27)

De acordo com o que já foi apontado anteriormente por Torres (2018), os negros escravizados buscaram diversos meios para manifestar-se contra o sistema escravista. O suicídio do escravizado foi um ato comum ao longo do período da escravidão no Brasil. Maus tratos, desespero, depressão, ódio ou expectativa de acabar com as humilhações impostas pelo senhor levavam a esta consequência que era vista como um prejuízo financeiro e abalava a base escravocrata. Na interpretação de Maestri Filho *apud* Torres (2018), o escravo podia não perceber que seu ato era um gesto de revolta contra uma condição que era insustentável. Para

o senhor, porém, isso ficava muito evidente. “Essa tríade, o ato de sangue contra o amo, seu feitor ou sua família; a fuga e o suicídio, foi eterna preocupação do mundo dos senhores, pois, em todos os casos, o senhor, ou a sua propriedade, eram duramente golpeados” (MAESTRI FILHO *apud* TORRES, 2018, p. 28).

O jornal *Echo do Sul* *apud* Torres (2018) registrou uma dessas situações que chocava a sociedade escravista:

“Suicídio. Apareceu na manhã de ontem enforcado em casa do senhor Domingo José da Silva Farias, comerciante desta praça, um escravo que exercia o mister de cozinheiro. Ignoramos o motivo que levou esse infeliz a tentar contra a própria existência, porque nos consta que, além de ter ótimo tratamento, saíra nessa manhã satisfeitíssimo da casa de seu senhor, fez as compras de comestíveis de que fora incumbido e no seu regresso cometeu o delito que as leis divinas e filosóficas o condenam...” (ECHO DO SUL *apud* TORRES, 2018, p. 28)

Torres (2018) argumenta que a imprensa noticiava os casos de suicídio sem considerar que o ato se dava em consequência da situação cruel a que o negro vinha sendo submetido, associando tal ato a possíveis distúrbios que o negro deveria portar mas eram desconhecidos de seus senhores, deixando cair a culpa sobre o próprio escravizado. Conforme José Alípio Goulart *apud* Torres (2018), “tirar a própria vida foi o mais trágico recurso de que se valeu o negro escravo para fugir aos rigores do regime que o oprimia, maus tratos, humilhações e, em muitos casos, para eliminar a saudade da pátria distante, para sempre fisicamente perdida, à qual só tornaria a voltar graças ao processo de ressurreição, como acreditava”. (GOULART *apud* TORRES, 2018, p. 29)

Em relação aos homicídios, Torres (2018) menciona que a história apresenta algumas execuções de negros escravizados em espaço público por terem assassinado ou agredido seus senhores. A execução se dava por enforcamento em praça pública (na Praça dos Enforcados ou atual Praça Barão de São José do Norte), num ritual que atraía os olhares de grande parte da população e que esteve presente no cotidiano da cidade do Rio Grande até a década de 1850, quando D. Pedro II proibiu a pena de morte no Brasil. Torres (2018) ainda aponta que por longo período, os próprios senhores faziam a “justiça” quando acontecia casos de desobediência por parte dos escravos, atribuição que passa, em termos formais, ao controle do Estado. (TORRES, 2018)

Extinguir práticas e pensamentos fundados na escravidão e disseminados até os dias atuais é um processo lento e um desafio ainda longe de ser concluído, segundo Torres (2018). Afinal, ao longo de mais de três séculos, o escravo era uma mercadoria que, “em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria”. A propriedade de escravos “conferia ao indivíduo posição social (...) sendo apontados pela coletividade como pessoas de relevo e projeção”. (COSTA *apud* TORRES, 2018, p. 33)

Bernd & Bakos, *apud* Torres (2018) contam que a partir de 1869, as sociedades ou clubes abolicionistas passaram a comprar cartas de alforria. Estas cartas são acompanhadas da criação



das Caixas de Fundos Emancipatórios, das Irmandades e das Confrarias de Negros que buscavam comprar a liberdade de escravos. As confrarias (associações religiosas) prestavam atendimento médico aos membros da comunidade em caso de doença e também tinham a obrigação de realizar o ritual de sepultamento em princípios cristãos, em caso de morte de algum de seus membros. Livrar os negros da escravidão era uma de suas finalidades e fator de mobilização frente à sociedade escravocrata que era muito rígida: “a confraria era uma forma de conquistar um melhor espaço social, pois eram as únicas instituições abertas a homens e mulheres negros” (BERND & BAKOS *apud* TORRES, 2018, p. 33)

De acordo com Torres (2018) até a imprensa passa a reduzir a frequência ou até mesmo se negar a publicar anúncios de comercialização de escravizados. Torres (2018) ainda traz o fato que, em Rio Grande circulou entre março e outubro de 1884 o periódico *A Luz*, que defendia a liberdade dos negros escravizados e o acesso destes à instrução, pois considerava a educação como a forma de autonomia para que fossem inseridos na sociedade. Na defesa da abolição, ressaltava:

“É impossível que os nossos patrícios não compreendessem já, que viver escravo é ter no coração espinhos cruciantes que o retalham; que, enquanto entre nós perdurar o elemento servil, não há de haver Pátria, e sim o aconchego de uma multidão de homens, que pouco se dão em atormentar seus semelhantes, seviciando-se barbaramente” (*A LUZ*, *apud* TORRES, 2018, p. 34)

É importante destacar, segundo Torres (2018) que na cidade do Rio Grande foi fundada, em 1850, a Sociedade Liberdade à Escravatura, o primeiro clube abolicionista do Rio Grande do Sul. O programa da sociedade enfatizava que se vivia numa época “profícua para se coadjuvar ao governo imperial na extinção da escravatura no Brasil”, recorrendo-se à “filantropia dos habitantes desta cidade para inscreverem-se numa associação, mediante 500 réis por mês, a fim de, em cada ano, libertar-se uma ou mais cativas, conforme os fundos da sociedade” (ERICKSEN *apud* TORRES, 2018, p. 34)

A insatisfação com a situação em que viviam os negros escravizados também foi manifestada na literatura, poesia, jornalismo e outras formas de arte, conforme descreve Torres (2018). Em Rio Grande, cidade onde boa parte dos trabalhadores eram negros escravizados, alguns periódicos expuseram suas ideias em favor da abolição da escravatura. Torres (2018) cita como exemplo o jornal *O Artista*, fundado em 1862 por alguns operários e se posicionava a favor dos movimentos abolicionistas pois acreditava que não fazia sentido continuar escravizando negros ao invés de pagar por seus serviços. (TORRES, 2018)

Torres (2018) resalta que a pequena imprensa, que na maioria das vezes não tinha nenhum compromisso com os interesses dos grandes proprietários, exerceria um importante papel na crítica ao sistema escravista e, neste caso, esteve inserido *O Artista* nos primórdios de sua existência. O jornal buscou fazer relações entre o passado e o presente, traçando um breve histórico sobre a escravidão e afirmando que esta surgiu de uma época de “obscurantismo”, sendo praticada por elementos aos quais “mais propriamente compete o cognome de bárbaros”.

Diante do quadro histórico retratado, a folha traz a proposta de que se deveria apagar e esquecer o passado, para assim, se eliminar o escravismo no presente: “Passemos um véu sobre os cadavéricos séculos que registram as enormidades sanguinolentas” (O ARTISTA *apud* TORRES, 2018, p. 35)

Torres (2018) menciona outro aspecto do sistema escravista que *O Artista* abominava: a negação a qualquer tipo de direito ou garantia para o ser humano. Neste aspecto, o jornal explica que as imposições colocadas pelo sistema escravista reduzia o homem a uma existência insignificante, a quem poderia ser exterminado sem causar nenhum transtorno. Explicava o jornal que isto se dava apesar do indivíduo submetido ao regime escravocrata constituir-se num “brasileiro nato, que deveria ter os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas que usufrui qualquer outro cidadão, se a fatalidade não o tivesse gerado num ventre escravo”. (O ARTISTA *apud* TORRES, 2018, p.36)

A passagem da dramática existência na condição de escravo para a de homem livre revestiu-se de outros dramas ligados ao abandono, ao preconceito e ao despreparo para a nova condição de cidadão brasileiro. Além disso, a mudança jurídica não significou uma ampla mudança da mentalidade escravista constituída desde o período colonial da formação histórica brasileira. (TORRES, 2018, p. 37)

Nesse contexto, Torres (2018) menciona que muitos negros precisaram permanecer com os seus ex senhores após “ganharem” a liberdade, pois era necessário em alguns casos cumprir contratos de indenização ou exercer atividades. O fim das senzalas foi um fator que deu origem a bairros pobres na periferia das cidades. A disputa por vagas menos qualificadas nas indústrias que surgiram a seguir também foi um espaço de alocação dessa grande mão de obra. Ao Brasil chegaram mais de três milhões de negros escravizados até a proibição do tráfico negreiro. A função imposta ao negro, por mais de três séculos, era produzir riquezas, seja na grande propriedade, na charqueada, no trabalho portuário ou no espaço doméstico de uma família luso-brasileira. Torres (2018) destaca que ainda é um desafio se desfazer os preconceitos trazidos do passado:

“E mais de um século após a derrocada da instituição escravista, a construção da cidadania continua a ser impor como um desafio situado entre os preconceitos herdados do passado e os caminhos da modernidade urbano industrial no presente. Entre as práticas, os discursos e a ritualização da vida cotidiana, a sociedade brasileira persiste como um espaço de construção onde as contradições afloram do passado e se expressam inconsciente/conscientemente na incapacidade de pensar criticamente na sobrevivência multifacetada do passado escravista em nosso tempo presente.” (TORRES, 2018, p. 39)

## **2.2 Desigualdades socioespaciais por cor ou raça no município do Rio Grande**

Ao fazermos uma análise do município de Rio Grande segundo dados obtidos pelo IBGE e relacionar a distribuição da população e a renda média, podemos observar que os que residem nas áreas urbanas da cidade concentram as maiores rendas, principalmente os que vivem nas redondezas da área central do município. Uma das causas dessa realidade seria a concentração

de pessoas nessas localidades que podem pagar por melhores condições de moradia, transporte e mobilidade. Nas periferias, se encontra a parte mais carente da população, com menor poder aquisitivo e que precisa se submeter a empregos com menor remuneração. Outro fator que deve ser considerado é a população é formada por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, e segundo o IBGE essas populações possuem renda média inferior. (IBGE, 2012)

Pode-se observar também que o grau de instrução das populações periféricas se assemelha às questões de renda. A população periférica é menos instruída e mais desfavorecida economicamente, sendo assim, mais distantes essas pessoas ficam das áreas mais centrais do município. É interessante colocar que, a maioria dos bairros da periferia da cidade são bairros extremamente perigosos, dominados pelo tráfico de drogas, o que torna ainda mais agradável para o poder público e a população abastada, que essas pessoas estejam escondidas nas periferias, longe do centro comercial, das escolas centrais, da instrução e do caminho para uma melhor qualidade de vida. (IBGE, 2012)

Na análise da população rio-grandina em relação à cor, vemos ainda que a grande maioria da população periférica é preta ou parda. Isso se dá também por uma questão histórica, já que Rio Grande é, assim como a maioria do estado do Rio Grande do Sul, de colonização europeia. Sendo assim, a população não branca acabou por se espalhar para as regiões mais afastadas do centro da cidade, que era majoritariamente dominado pela elite branca. (IBGE, 2012)

O índice que mede o grau de desigualdade de renda no país é o índice de Gini numa escala que vai de 0 a 1 e quanto maior o número, maior é a desigualdade. Na análise da população rio-grandina em relação à cor, vemos que a grande maioria da população periférica é preta ou parda (IBGE, 2012). Isso se dá também por uma questão histórica, já que Rio Grande é, assim como a maioria do estado do Rio Grande do Sul, de colonização europeia. Sendo assim, a população não branca acabou por se espalhar para as regiões mais afastadas do centro da cidade, que era majoritariamente dominado pela “elite” branca.

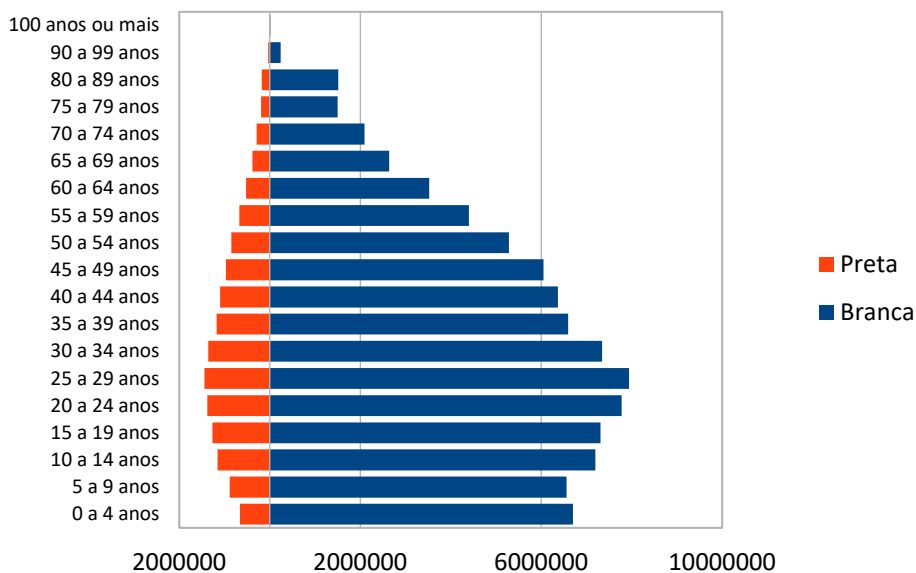
“Na atualidade também ocorre marginalização decorrente da imigração: já em sua chegada na sociedade de destino, pela carência de iniciativas de integração, decorrente de uma política migratória restritiva e ineficaz. Na ausência de ferramentas típicas de integração social, como a cultura, o idioma e as relações sociais, essa marginalização inicial, fomentada pela ineficácia das políticas de recepção, torna-se ainda mais nociva.” (GIANNATTASIO & FORTUNATO *apud* DA LUZ, 2020, p. 27)

### **2.2.a Panorama geral do município do Rio Grande**

Analisando apenas pirâmides etárias (figuras 1 e 2) que mostram dados entre brancos e pretos, a percepção que se tem é de estar analisando um país ou região europeia, povoado em grande maioria por pessoas brancas. Porém, como sabemos o Brasil é um país fortemente miscigenado, portanto essa representação não expõe, de fato, a nossa realidade. Mas por quê

isso acontece? Como dito anteriormente, o IBGE realiza o Censo Demográfico de acordo com a autodeclaração de cada pessoa, ou seja como ela se percebe em relação à sua cor. Muitos brasileiros se denominam de parda, na tentativa de se “esconder” do racismo, cada vez mais presente e cruel.

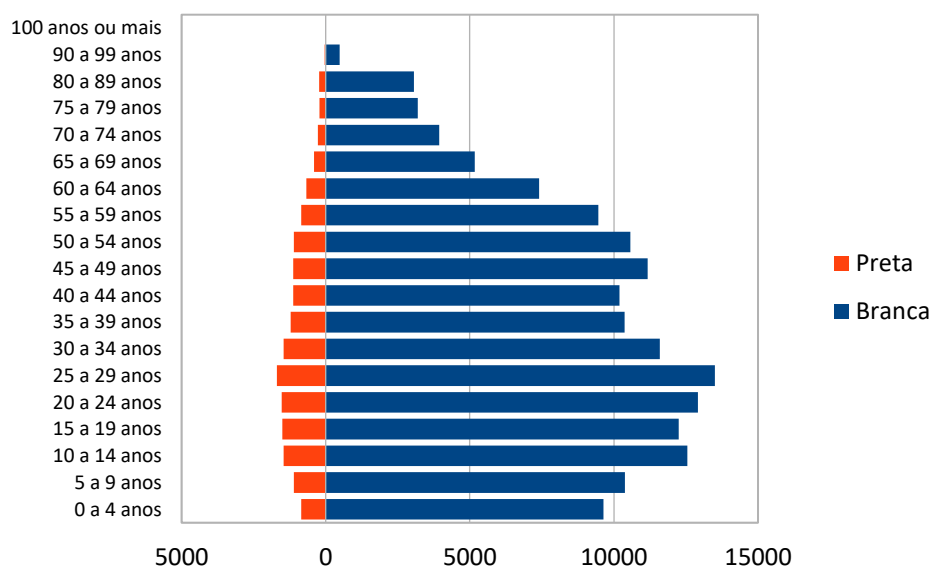
Figura 1 - Pirâmide Etária, por Cor, Brasil (Censo de 2010)



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Ao comparar a pirâmide etária por cor da cidade de Rio Grande (figura 2), a realidade que se apresenta é que a população branca se sobressai ainda mais em relação à preta.

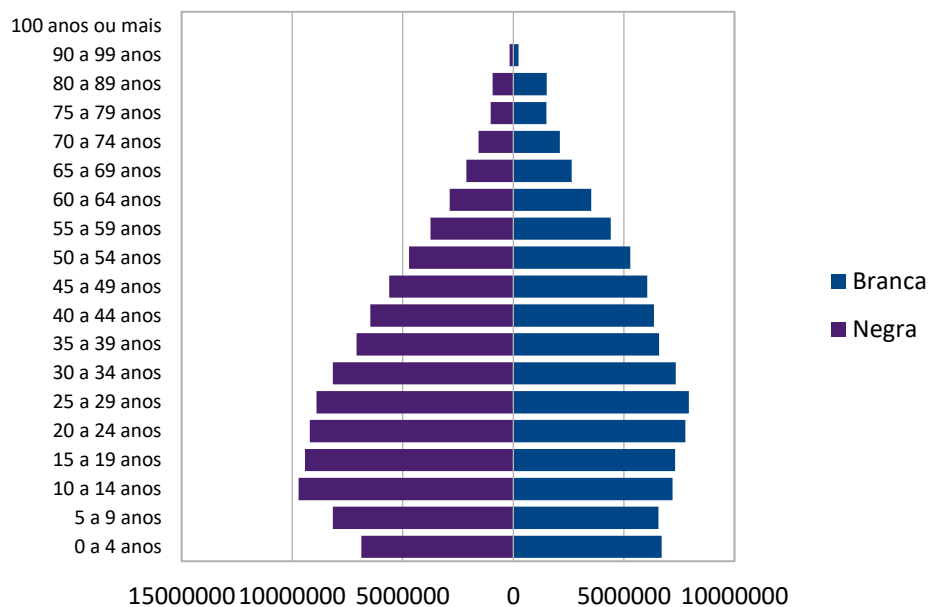
Figura 2 - Pirâmide Etária, por Cor, Rio Grande - RS (Censo de 2010)



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Em síntese, para aqueles que não se consideram “suficientemente negros” nem “totalmente brancos”, adotou-se o termo pardo para representar a sua cor. Sendo assim, quando colocados os dados de “pardos” na pirâmide, essa representação fica mais próxima de retratar a população do Brasil (figura3).

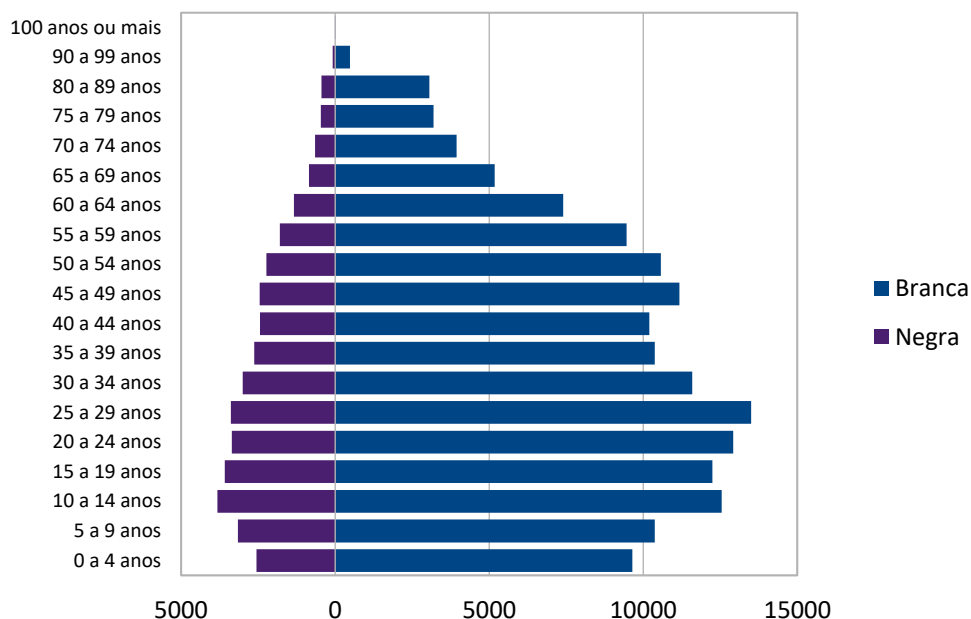
Figura 3 - Pirâmide Etária do Brasil por Raça, Censo de 2010.



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Analisando a pirâmide etária do município de Rio Grande/RS (figura 4) quando adicionamos a cor parda aos dados, pouco muda. A população autodeclarada branca também é representada em maior número. É possível perceber que a população negra (preta + parda) se mantém em estabilidade comparado à população negra na pirâmide anterior. Na base da pirâmide observamos um alargamento nas faixas etárias de 0 a 4 anos até a faixa dos 10 aos 14 anos. Ocorre então um leve declínio a partir da faixa entre 15 a 19 anos e a variação permanece estável até a faixa 20 aos 24 anos. A partir da faixa dos 30 a 34 anos, começa um estreitamento progressivo da pirâmide, o que nos mostra que a população negra dificilmente chega em idades mais avançadas.

Figura 4 - Pirâmide Etária de Rio Grande - RS por Raça, Censo de 2010.



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Evidenciando essas desigualdades mencionadas, o gráfico (figura 5) nos mostra que no Brasil, o número de negros (pretos+pardos) alfabetizados é menor em relação aos brancos. Quando olhamos para os não alfabetizados, vemos que a quantidade de negros é praticamente o dobro dos cidadãos de cor branca. O racismo estrutural segrega a população desde muito cedo. Muitos não têm a oportunidade de estudar. Também ocorre que nas escolas as crianças negras não se sentem representadas ou então são excluídas pela cor de sua pele.

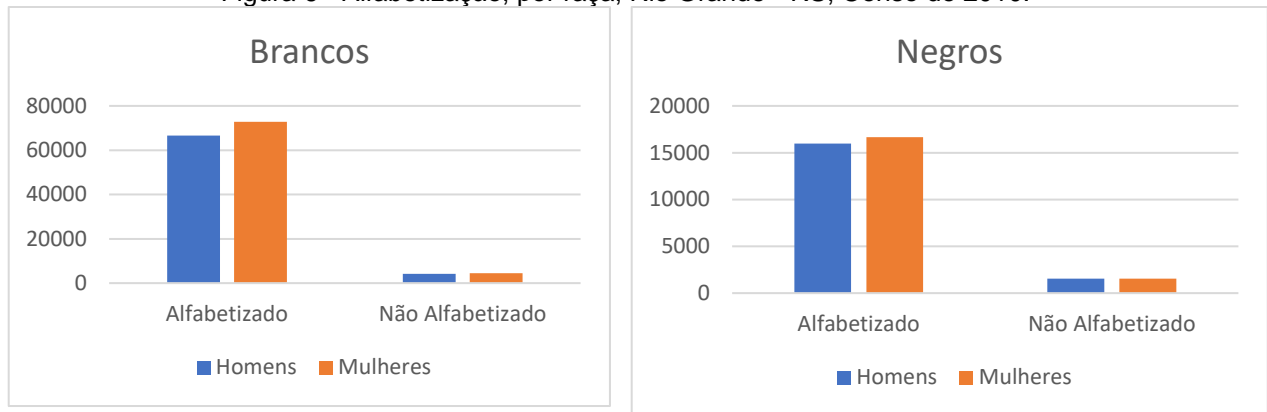
Figura 5 - Alfabetização, por raça, Brasil, Censo de 2010.



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Analisando o município de Rio Grande/RS (figura 6) vemos que a situação se repete. A taxa de analfabetismo entre a população negra de Rio Grande é maior do que entre os brancos. Diversos fatores podem estar associados a esses números, mas não podemos negar que o racismo estrutural está presente em todos os momentos.

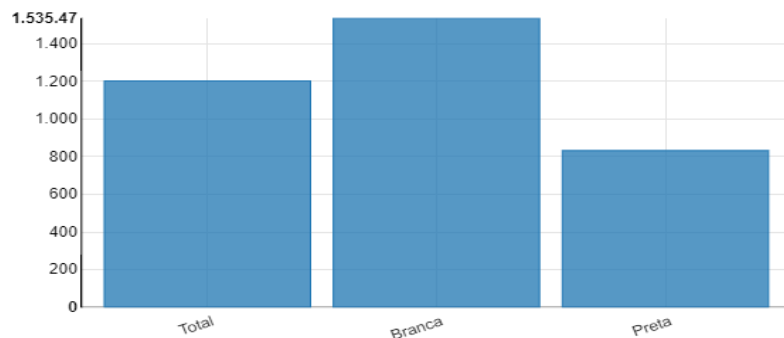
Figura 6 - Alfabetização, por raça, Rio Grande - RS, Censo de 2010.



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Outra questão que a desigualdade nos mostra é a diferença de rendimentos entre brancos e pretos no Brasil (figura 7). A renda média da população branca no Brasil supera o rendimento da população preta em quase duas vezes.

Figura 7 - Rendimento Nominal médio Mensal por raça/cor no Brasil

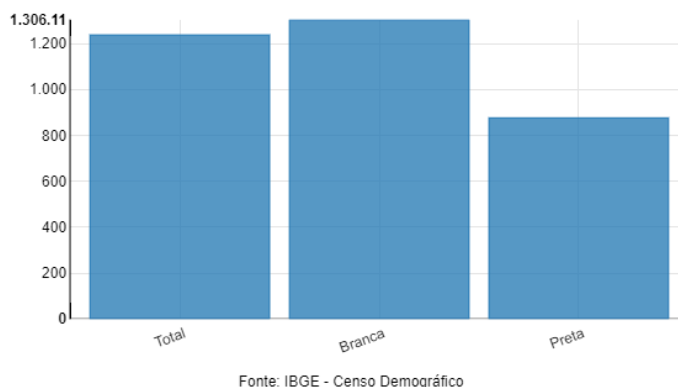


Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: SIDRA – IBGE - IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

A análise do município de Rio Grande/RS no tocante à questão de rendimento médio mensal é semelhante aos dados observados para o Brasil (figura 8). A população de cor branca detém a maioria da renda mensal.

Figura 8 - Rendimento Nominal médio Mensal por raça/cor em Rio Grande/RS

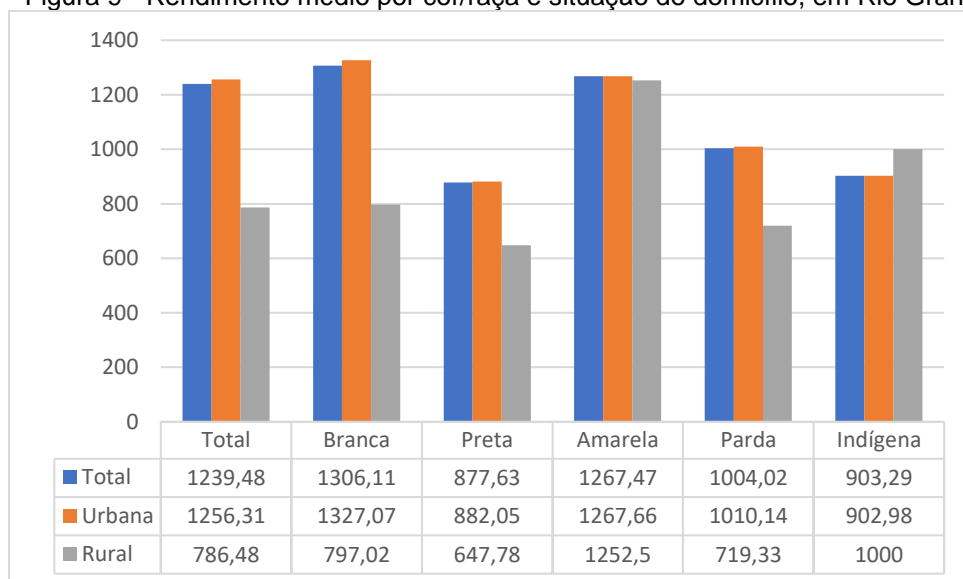


Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

O gráfico (figura 9) nos permite compreender que além da população branca ter renda média superior a da população preta e parda, que essa desigualdade se intensifica quando se trata da população que reside no interior no município do Rio Grande. Nas áreas rurais as desigualdades de renda, entre brancos e negros ainda são maiores.

Figura 9 - Rendimento médio por cor/raça e situação do domicílio, em Rio Grande /RS



Fonte: SIDRA – IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por: Michele Pachetes

Analisando os indicadores apresentados, podemos concluir então que, quanto menos instruídas e mais desfavorecidas economicamente, maior se torna a invisibilização da população negra (preta e parda). Quanto mais invisíveis, mais difícil se torna o acesso à serviços básicos para sua sobrevivência, como educação de qualidade, serviços de saúde, etc. Isso fomenta cada vez mais a ideia de que a população que reside nas periferias é uma população extremamente marginalizada, o que contribui para a manutenção do preconceito e discriminação da população negra.

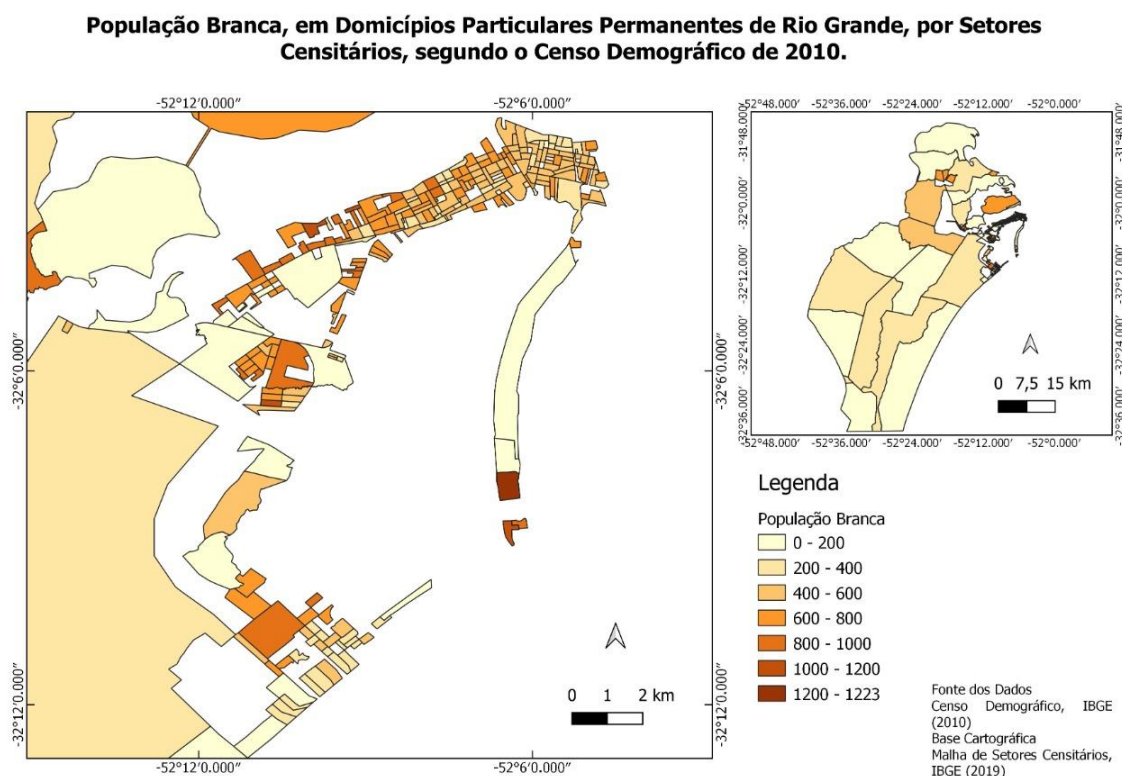


## 2.2.b Reflexos na organização socioespacial do município

As análises dos mapas referentes à distribuição da população por cor por setor censitário no município de Rio Grande/RS, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, nos mostra que as pessoas pretas e pardas são “empurradas” para as áreas periféricas da cidade. Analisando os mapas, podemos perceber que existem pessoas pretas e pardas espalhadas por todo o município, mas a concentração da população branca nos bairros ditos de melhor infraestrutura e que apresentam maior rendimento nominal médio mensal é enorme, enquanto os bairros tidos como mais carentes de atenção do poder público, concentram a maior parte da população preta e parda do município. Nesses bairros periféricos, destaca-se também a violência, o que contribui muito para a marginalização desse grupo populacional.

Conforme nos mostra o mapa (figura 10), a população branca de Rio Grande/RS é bem distribuída dentro do município. Isso se dá também por uma questão histórica, já que Rio Grande é, assim como a maioria do estado do Rio Grande do Sul, de colonização europeia. Sendo assim, a população “não branca” acabou por se espalhar para as regiões mais afastadas do centro da cidade, que era majoritariamente dominado pela elite branca.

Figura 10 - População branca, em Rio Grande/RS

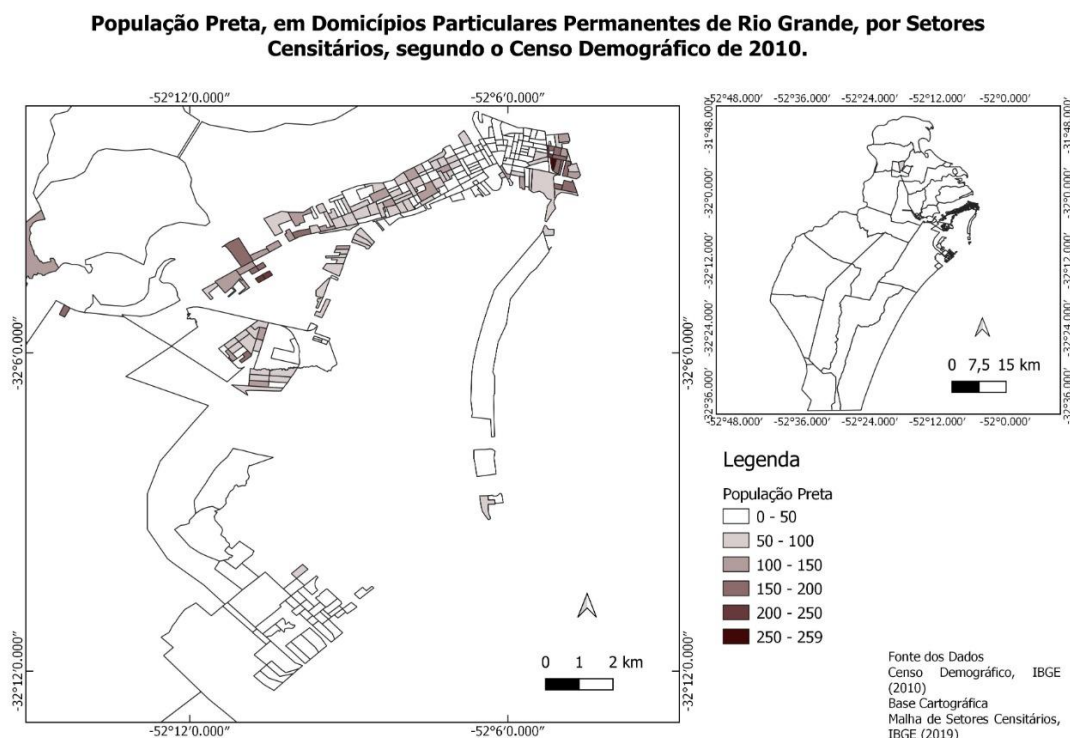


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

Ainda que não se tenha, em Rio Grande, um bairro exclusivo destinado à população preta e parda, é perceptível o empenho em esconder essa população colocando-os nas áreas periféricas do município, uma forma de segregar ainda mais este grupo já tão castigado pelo

histórico da escravização de seus antepassados. Conforme ilustra as figuras 11 e 12, a população preta e parda está majoritariamente concentradas nos setores censitários que correspondem aos bairros Getúlio Vargas, Castelo Branco, Vila Recreio, Vila Nossa Senhora de Fátima, Profilurb, Profilurb I, Profilurb II, COHAB IV, Vila São João, mais distantes do centro comercial da cidade, com exceção do primeiro, que além de estar localizado próximo ao centro da cidade, fica também próximo da zona portuária.

Figura 11 - População Preta, em Rio Grande/RS

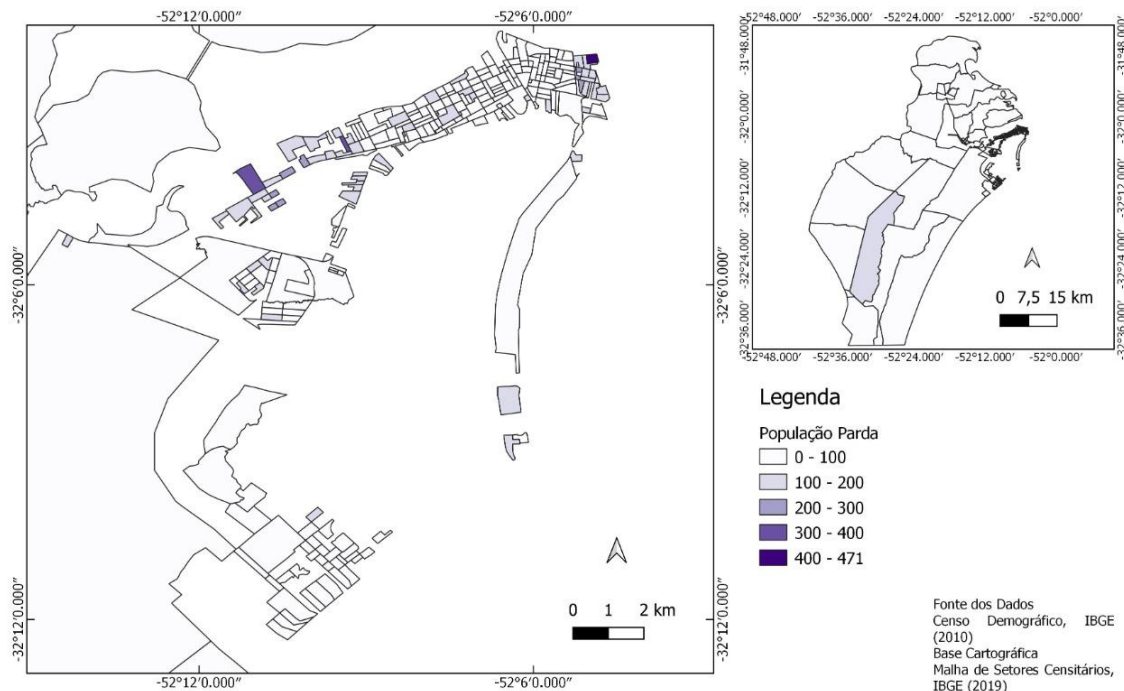


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

A concentração da população parda no município aqui representada é semelhante à população preta, como podemos verificar no mapa (figura 12), visto que a cor da pele de uma pessoa ainda é capaz de determinar os lugares que ela deve ou não ocupar.

Figura 12 - População Parda, em Rio Grande/RS

**População Parda, em Domicílios Particulares Permanentes de Rio Grande, por Setores Censitários, segundo o Censo Demográfico de 2010.**

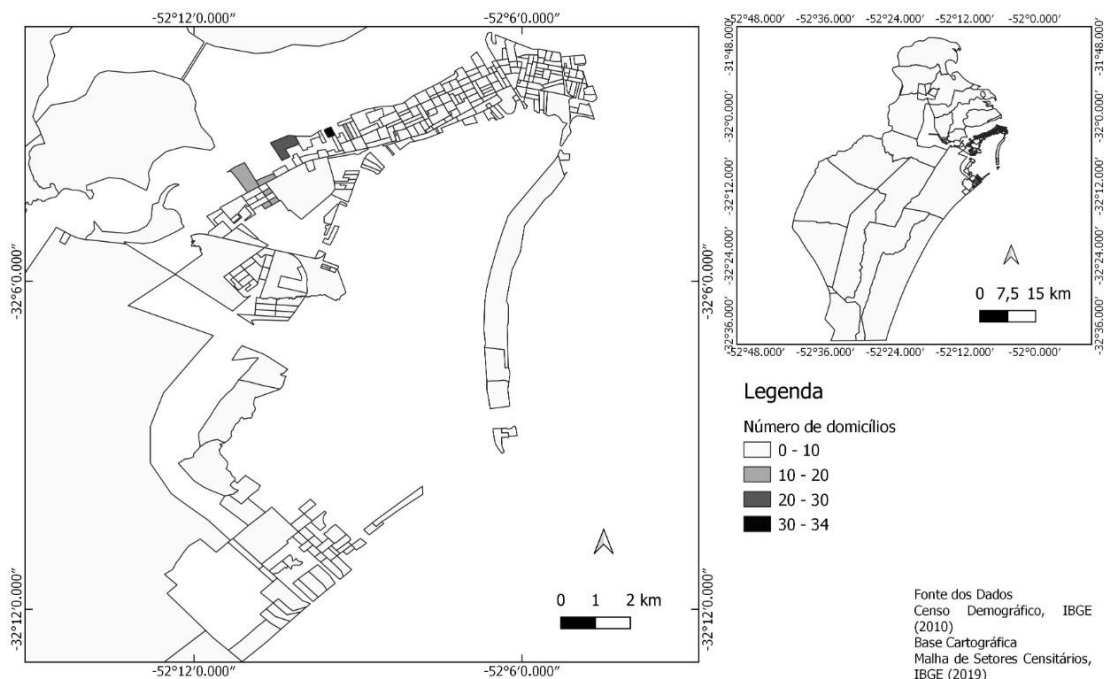


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

No último Censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2010 a população com menor rendimento mensal estava concentrada nos setores mais periféricos do município de Rio Grande, com renda média até 1/8 salário mínimo (figura 13). Nesses setores censitários estão concentradas as pessoas com menor acesso à serviços básicos, por exemplo, saneamento e esgoto tratado.

Figura 13 - Concentração da população com renda média de até 1/8 de salário mínimo – Rio Grande/RS.

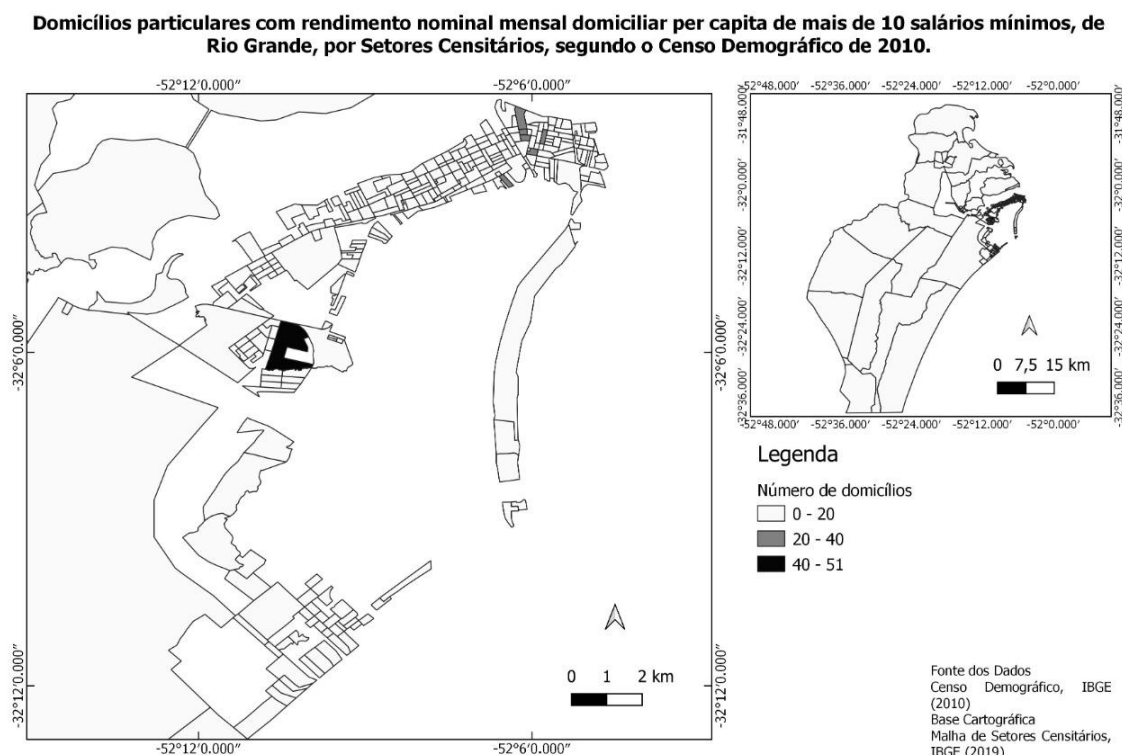
**Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo, de Rio Grande, por Setores Censitários, segundo o Censo Demográfico de 2010.**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

Quando analisamos o mapa (figura 14) que representa a população com maior rendimento mensal, fica evidente que a maior concentração está dividida em dois bairros: no Bairro Jardim do Sol e também em uma área de condomínio fechado, o Figueiras Park, localizado próximo ao bairro Parque Coelho. O rendimento médio nesses domicílios ultrapassa a faixa de 10 salários mínimos.

Figura 14 - Concentração da população com renda média de mais de 10 de salários mínimos – Rio Grande/RS.

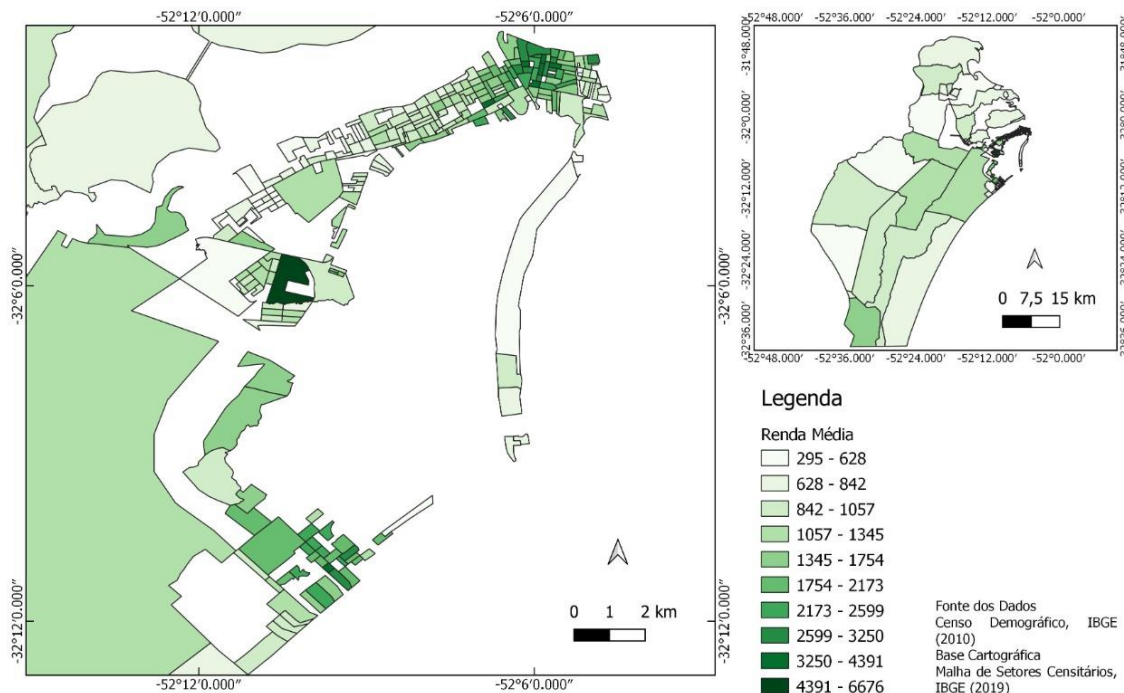


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

Ao fazermos uma análise do município de Rio Grande e relacionar a distribuição da população e a renda média (figura 15), podemos observar que os que residem nas áreas urbanas da cidade concentram as maiores rendas, principalmente os que vivem nas redondezas da área central do município. Uma das causas dessa realidade seria a concentração de pessoas nessas localidades que podem pagar por melhores condições de moradia e mobilidade. Nas periferias, se encontra a parte mais carente da população, com menor poder aquisitivo e que precisa se submeter a empregos com menor remuneração. Outro fator que deve ser considerado é a população é formada por pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, e segundo o IBGE essas populações possuem renda média inferior.

Figura 15 - Concentração da população por renda média mensal em Rio Grande/RS

**Renda Média, em Domicílios Particulares Permanentes, por Setores Censitários, no município de Rio Grande-RS, segundo o Censo Demográfico de 2010**

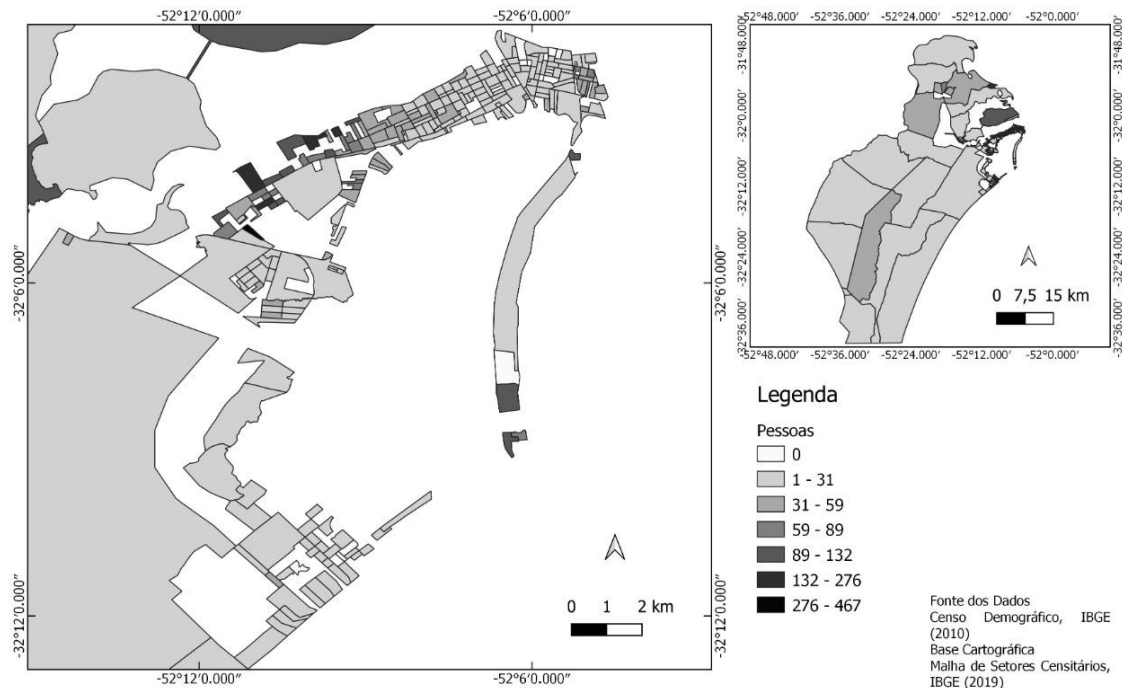


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

No mapa (figura 16) que representa a população não alfabetizada, os setores censitários com maior número de pessoas nessa categoria são aqueles que correspondem aos bairros periféricos e com maior concentração de pessoas pretas e pardas. Alguns deles são: São João, São Miguel, Profilurb, Recreio e Castelo Branco por exemplo. Também é importante olhar as áreas rurais do município, com boa parte dos residentes em idade mais avançada, o que pode de certa forma explicar a não-alfabetização destas pessoas. Fica evidente, portanto, que a concentração de pessoas não alfabetizadas está justamente nos setores vistos anteriormente como os setores que concentram a população de menor rendimento mensal.

Figura 16 - Concentração da População Não Alfabetizada - Rio Grande /RS

**Pessoas Não Alfabetizadas, com mais de 5 anos de idade, em Rio Grande, por Setores Censitários, segundo o Censo Demográfico de 2010**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010  
Elaborado por De Paula (2021).

É importante destacar que a maioria dos bairros mencionados são tidos como bairros violentos, o que leva a uma marginalização da população que ocupa estes espaços, ou seja, a população negra. Esse fato também leva a uma outra consequência: o apagamento desta população e o desinteresse do poder público em mudar a realidade dessas pessoas. Pelo contrário, o que se vê é uma tentativa constante de “esconder” essa face do município, realizando melhorias apenas em regiões onde a população é mais abastada ou onde existe maior procura por parte de turistas, como o Balneário Cassino.

### **3 A NOVA IMIGRAÇÃO DO SUL-GLOBAL – UM OLHAR PARA OS DADOS DA IMIGRAÇÃO DOS SENEGALESES**

De acordo com Uebel (2018), o Brasil é constituído, desde o início da sua formação no século XVI, pelas mais variadas etnias, nacionalidades e povos, que ingressaram no país por meio de migrações forçadas (com o objetivo de escravização), econômicas e vinculadas ao refúgio das duas Grandes Guerras e da própria fome. Atualmente, ainda conforme Uebel (2018) a sociedade brasileira se define como multicultural, definição esta que é acompanhada pelos fluxos migratórios em crescimento entre 2010 e 2014, passando a declinar a partir do agravamento da crise econômica e política que atingiu o país em 2015, culminada com a destituição da presidente Dilma Rousseff por meio de processo de impeachment, ainda altamente contestado. (UEBEL, 2018)

Diante disso, na atualidade um novo processo migratório chamado de migração do sul-global ainda está em curso, mas já causa fortes modificações econômicas, étnicas e culturais no interior gaúcho.

Segundo dados de 2020 do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (OBMIGRA, 2020), muitos imigrantes vêm para o Brasil devido às crises econômicas e políticas vividas pelos seus países de origem. Já uma grande parte, busca o país por conta de sua imagem como potência emergente, já que o Brasil tem sediado diversos eventos de relevância mundial, como as Olimpíadas e até a Copa do Mundo de Futebol.

O território gaúcho é um dos principais destinos de senegaleses e haitianos. Nas cidades, eles mudam o retrato da massa trabalhadora e atuam principalmente em empresas de abate de animais e também atuam muito na construção civil. Em Rio Grande, no sul do estado, estes imigrantes atuam em sua maioria no comércio, já que a região não possui grandes indústrias que necessitem de grande quantidade de mão de obra.

A maioria dos novos imigrantes vem por conta própria, ingressando de forma ilegal. Logo após ingressarem no país, solicitam a regularização da situação como imigrante ou refugiado, que permitem ao estrangeiro permanecer no Brasil. Os refugiados alegam perseguições políticas ou questões humanitárias (caso do Haiti, país que já estava bastante empobrecido antes mesmo do terremoto que o devastou, em janeiro de 2010). Mas o maior motivo das migrações é econômico, sobretudo em relação a Gana, Senegal e República Dominicana: seus habitantes querem buscar melhores condições de emprego e renda.

No cenário atual, quais seriam as principais motivações para que o número de imigrantes africanos venha crescendo relativamente desde 2010? Hoje é muito difícil transitarmos pelo centro da cidade e não nos depararmos com africanos trabalhando como ambulantes, muito embora alguns já tenham se consolidado e montado seu comércio em espaços de trabalho formal, melhor estruturados e de maneira legalizada.



Nos últimos anos, uma nova característica na mobilidade humana internacional tem se apresentado predominante: as migrações entre países do chamado Sul-global, com destaque para as solicitações de refúgio, conforme relata Da Luz (2020). Nesse modelo migratório, realizado, tanto na origem quanto no destino, entre esses países, os destinos urbanos estão repletos de carências estruturais e históricas relacionadas à vida urbana em si, que acabam impactando na hora de receber os imigrantes. Desse modo, segundo Da Luz (2020), a ausência na promoção de direitos sociais urbanos, geralmente mais evidente em metrópoles do Sul-global, influencia também toda a cadeia de adaptação do imigrante, que acaba gerando a segregação urbana. (DA LUZ, 2020)

Da Luz (2020) destaca as abordagens teóricas sobre a relação Estado-imigrante:

Há duas diferentes abordagens teóricas que analisam as responsabilidades dos Estados preceptores em relação ao fenômeno migratório: a neoclássica, que concebe a migração como um processo em que a migração se dá a partir de uma escolha racional dos indivíduos e que, portanto, não implica em qualquer responsabilidade por parte dos países de destino; e a sociopolítica, que propõe a substituição da concepção dos fluxos migratórios como problemas sociais pela ideia de que as migrações são fenômenos sociopolíticos relacionados aos processos econômicos, políticos e sociais de diferentes países em um sistema global, e que devem, portanto, ser geridos pelos Estados. (MARTES & FALEIROS *apud* DA LUZ, 2020, p. 27)

Para Da Luz (2020) os imigrantes, enquanto indivíduos participantes do cotidiano da cidade, fazem parte da economia do espaço. Dentro desse contexto, ainda que o Estado possua meios para a aplicação do direito à cidade, precisa considerar as especificidades na implementação desse direito para a população migrante, tendo em conta que os imigrantes são elementos pertencentes a esta sociedade. (DA LUZ, 2020)

### **3.1 A imigração de senegaleses para o Brasil**

Hoje é muito comum transitarmos em diversas áreas da cidade e encontrar com algum imigrante africano, pois eles já se estabeleceram nos municípios brasileiros, trabalhando em negócios próprios ou em empresas. Além disso, vemos também muitos desenvolvendo atividades que os integram de fato à sociedade local, como atividades de lazer, prática de esportes e consolidando relações afetivas com os nativos.

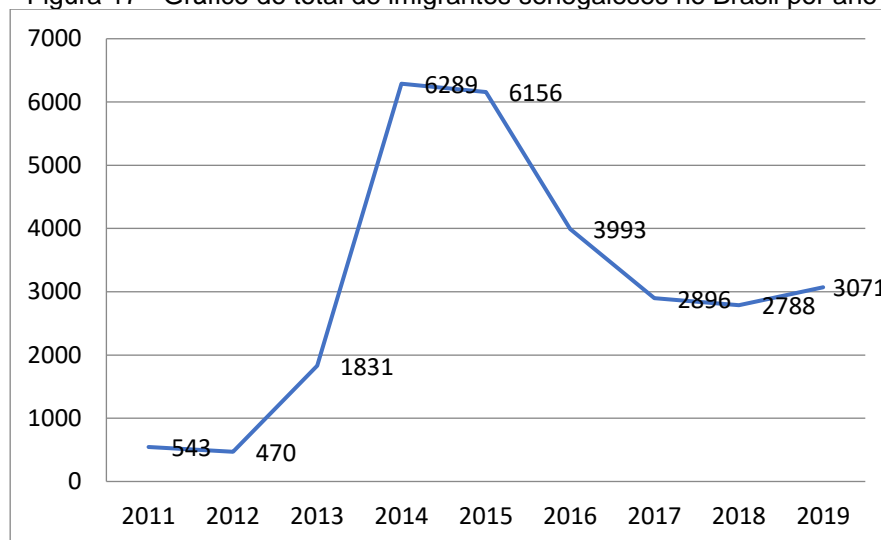
De acordo com o estudo de Uebel, (2018), o Senegal é uma das nações mais plurais da África, abrigando diferentes culturas e etnias, contando com diversas línguas nacionais, dentre elas o francês, herança da colonização do país europeu e também conta com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,494, considerado baixo desenvolvimento e um Índice de Gini de 40,3, considerado médio. (UEBEL, 2018)

Contudo, os cenários sul-americanos pareciam convergir com os anseios de senegaleses que buscavam um mercado para as suas mercadorias e um emprego para suas habilidades profissionais. Uebel (2015) identificou que alguns senegaleses possuíam curso

superior e o domínio de mais de dois idiomas, portanto a Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil parecia ser uma grande oportunidade de entrar no Brasil regularmente, mesmo que de forma temporária. Como política do governo Dilma Rousseff na intenção de facilitar o ingresso de turistas ainda na Copa das Confederações de 2013, a isenção de vistos para todas as nacionalidades foi um ponto facilitador na tomada de decisão sobre migrar para uma alternativa além da União Europeia e do Canadá, conforme expõe Uebel (2018). Tais ações foram, de fato, determinantes para o grande fluxo de imigrantes africanos, não somente os senegaleses, mas também de ganeses, que não viajavam apenas para acompanhar as suas seleções de futebol, mas também viam nessas viagens oportunidades para arriscar uma nova vida, em países que consideravam seguros, estáveis e receptivos. (UEBEL,2018)

De 2010 a 2019, a sociedade brasileira passou por transformações no âmbito das migrações internacionais. Uma das mais expressivas foi à chegada de novos fluxos migratórios, principalmente dos países do chamado Sul-global, o que alterou o perfil imigratório para o Brasil. O gráfico (figura 17) nos mostra que, a partir de 2011, o Brasil começa se tornar destino frequente de imigrantes senegaleses.

Figura 17 - Gráfico do total de imigrantes senegaleses no Brasil por ano

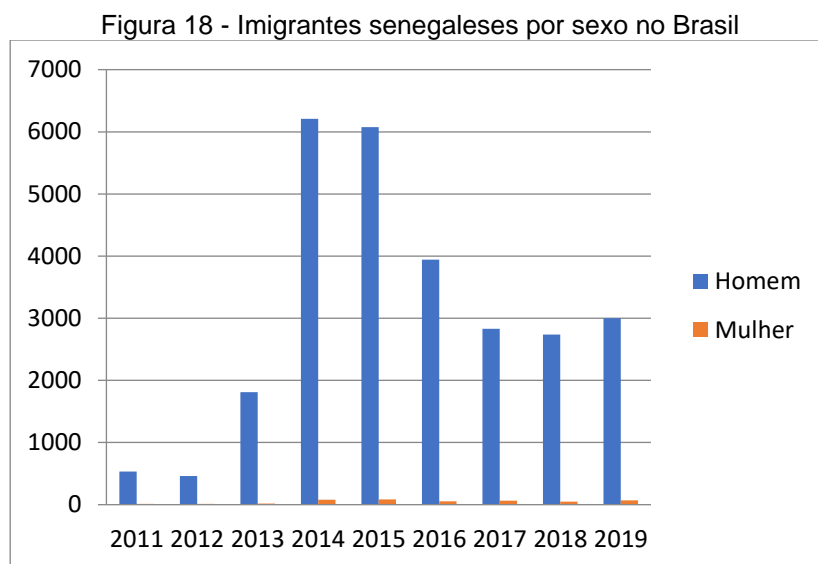


Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

As motivações que levaram os imigrantes senegaleses a buscar o Brasil são diversos, mas os principais são questões políticas, desastres naturais ou a busca de melhores oportunidades, visto que o Brasil vinha em constante ascensão econômica em parte da série histórica 2010-2019 analisada (OBMIGRA,2020). Nesse contexto economicamente favorável, principalmente no início da série histórica 2010-2019, imigrantes de diferentes origens do Sul-global, em especial haitianos e senegaleses, se inseriram de forma crescente no país e no mercado de trabalho brasileiro. Os imigrantes senegaleses, por exemplo, chegaram a ser a segunda nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal, só ficando

atrás dos haitianos (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2016). O Brasil havia se convertido em país de destino e/ou trânsito no contexto das migrações sul-sul. (OBMIGRA, 2020)

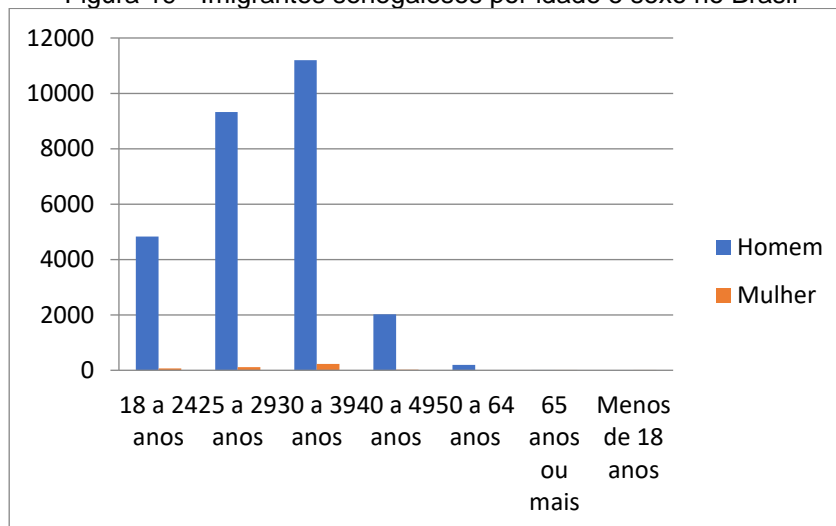
Os imigrantes senegaleses que se encontram no Brasil, conforme o gráfico (figura 18), são em grande maioria do sexo masculino. Tanto os homens quanto as mulheres, registrados como imigrantes no Brasil, encontram-se predominantemente na faixa etária de 18 a 39 anos de idade.



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Em termos de distribuição etária, observa-se no gráfico (figura 19) uma concentração na faixa de 30 a 39 anos e uma concentração expressiva em faixas mais jovens. Em menor proporção, o gráfico nos mostra os imigrantes acima dos 65 anos, que é o limite da idade economicamente ativa no Brasil, segundo o IBGE. Também observamos números semelhantes no caso dos imigrantes senegaleses menores de 18. Nessas duas situações, porém, o quantitativo de homens e mulheres é semelhante. Destaca-se que os dados utilizados são oferecidos por órgãos do governo federal que monitoram as relações trabalhistas.

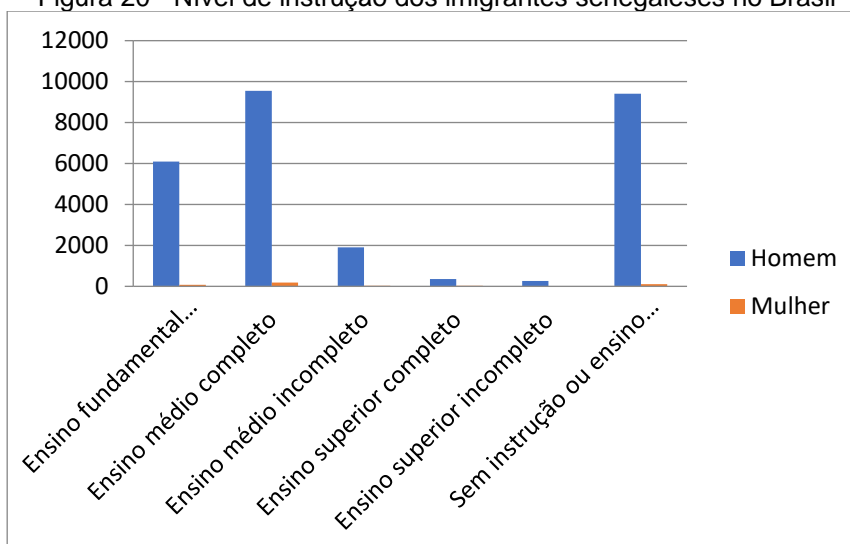
Figura 19 - Imigrantes senegaleses por idade e sexo no Brasil



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Quando analisado o grau de instrução dos imigrantes senegaleses que migraram para o Brasil de 2011 a 2019 (figura 20) observa-se que a maioria tem ensino fundamental incompleto ou não possui instrução, ou possui ensino médio incompleto. Os que possuem ensino médio completo são minoria, e esse número ainda é mais reduzido considerando ensino superior completo ou incompleto.

Figura 20 - Nível de instrução dos imigrantes senegaleses no Brasil



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

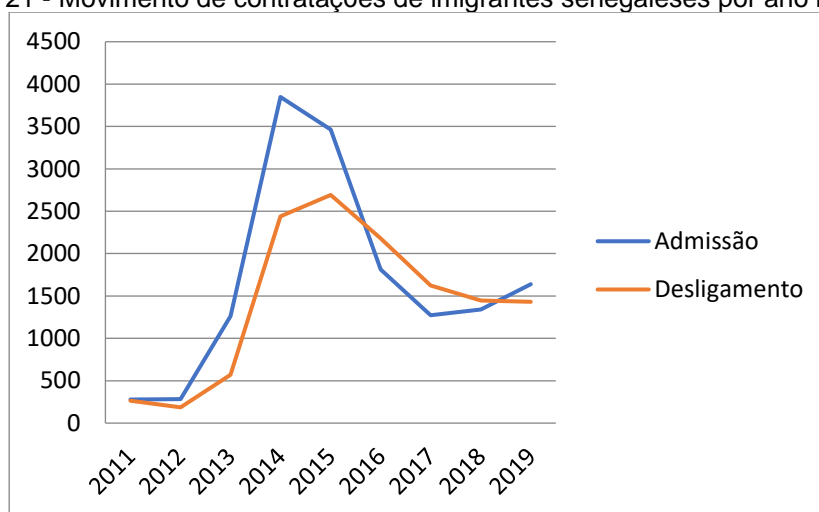
Segundo o OBMigra (2020), a produção acadêmica no Brasil nos últimos anos vem dando atenção maior na produção de conhecimento sobre a inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, com base em registros administrativos como os da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Cadastro Geral de Empregados

e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Esses registros possibilitam identificar onde está essa força de trabalho e como ela se movimenta dentro do mercado formal, além de fazer um balanço e observar o estoque de trabalhadores imigrantes ao final de cada ano. (OBMigra, 2020)

O OBMigra se dedica a explorar as informações sobre admissões e desligamentos das pessoas em situação de deslocamento internacional forçado no mercado de trabalho formal brasileiro. Para tal estudo, utiliza como referência as informações constantes na base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED para o período 2011-2019. (OBMigra, 2020)

Ao longo de toda a série histórica observada (figura 21), o volume de contratações supera o de desligamentos até 2015, a partir de 2016 se verificou saldo negativo na movimentação de trabalhadores pertencentes ao nosso grupo de interesse. A partir de 2018 iniciou-se uma tendência de aumento nas admissões desses trabalhadores pelo mercado formal. Cabe destacar que, apesar da tendência de aumento das contratações no último ano da série histórica, o maior saldo verificado no período ocorreu no ano de 2014, anterior à recessão econômica que atingiria o Brasil nos anos seguintes. (CAVALCANTI, 2020)

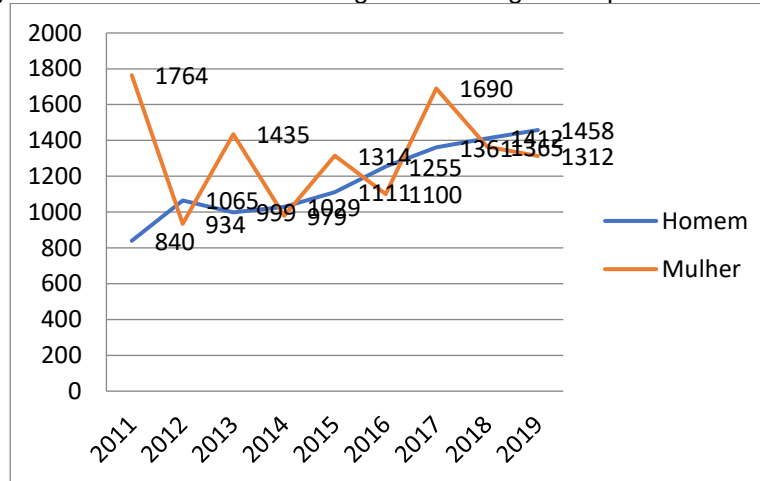
Figura 21 - Movimento de contratações de imigrantes senegaleses por ano no Brasil



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Como mencionado anteriormente, uma das consequências da diferença do nível de instrução entre homens e mulheres é a desigualdade de rendimentos (figura 22). Essa discrepância de rendimentos entre homens e mulheres imigrantes também pode ser explicada pelo fato de que ingressaram no país um número muito acima de imigrantes do sexo masculino, como demonstrado no início deste capítulo.

Figura 22 - Renda média dos imigrantes senegaleses por sexo no Brasil



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Quanto à situação de status migratório, alguns senegaleses entraram no país de forma legal, com visto de turista. Outros chegam ilegalmente pelas fronteiras. Em comum, solicitam refúgio ao órgão responsável e enquanto o processo não é julgado pelo Conselho Nacional de Refugiados, eles não podem ser deportados. De acordo com o Relatório Anual do OBMigra (2020), durante o período 2010-2019, foi registrado um crescente aumento da presença de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados em diferentes regiões do país. “Trata-se de uma população diversa e que chega ao Brasil com diferentes origens geográficas, sociais, culturais, entre outros aspectos.” (OBMigra, 2020, p. 6)

Conforme Oliveira (2015), o STI é um sistema, do Departamento de Polícia Federal, desenvolvido para registrar os dados das entradas e saídas das pessoas no país pelos postos de controle de fronteiras terrestres, portos e aeroportos. Nesse sentido, foram propostos os seguintes tipos:

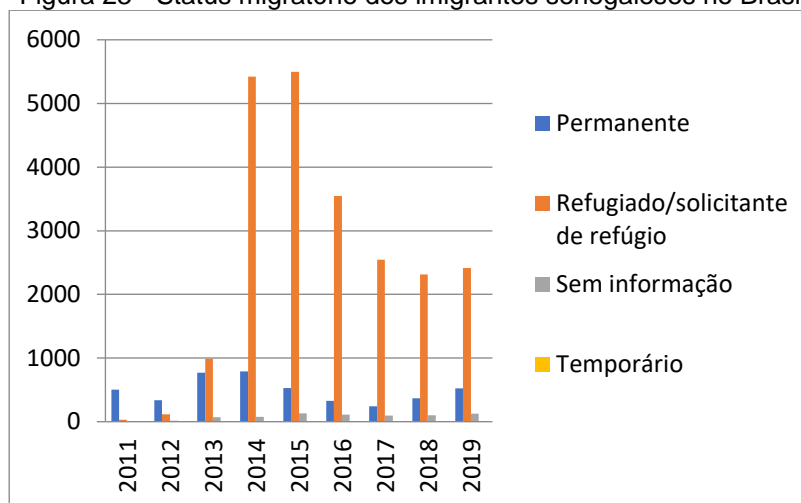
- Temporário:** se caracterizam pela duração mais curta, de no máximo 2 anos;
- Solicitantes de refúgio/refugiados:** pessoas em situação de refúgio, que aguardam a legalização da entrada no país e buscam obter o registro de permanência;
- Permanente:** são aqueles que podem ficar no país por um período de mais longa duração, normalmente, a duração mínima, nesses casos, é de quatro anos;
- Sem informação:** status migratório ignorado. (CAVALCANTI, 2017, p. 48, negrito da autora)

Segundo Uebel (2015), diferente da imigração haitiana que foi impulsionada basicamente por um momento de caos político, econômico e ambiental, a imigração senegalesa acontece como uma mobilidade de oportunidades. (UEBEL, 2015).

O gráfico (figura 23) nos traz um panorama do status migratório dos imigrantes senegaleses na série história 2011-2019. O período de maiores solicitações de refúgio foi justamente em 2014, ano em que a Copa do Mundo de Futebol foi realizada no Brasil, momento em que parecia ser a grande oportunidade de migrar regularmente no gigante sul-americano

(UEBEL, 2015). Em 2015 continuam a chegar imigrantes no país, e a partir de 2016 esse número passa a cair.

Figura 23 - Status migratório dos imigrantes senegaleses no Brasil

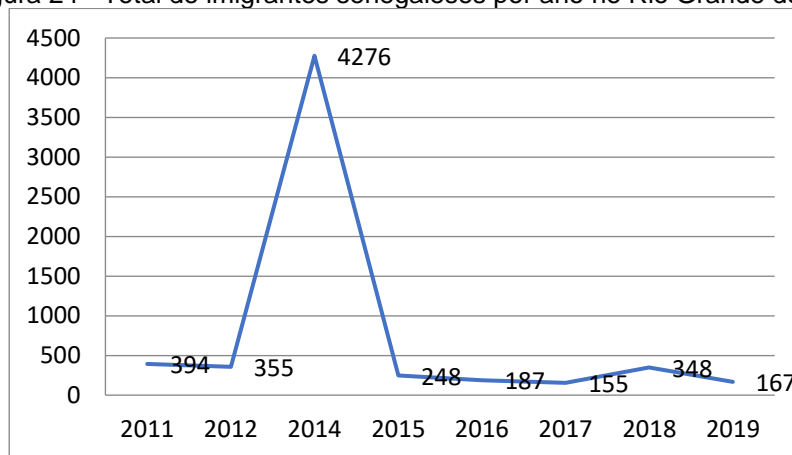


Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

### 3.2 A imigração de senegaleses para o Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a movimentação de imigrantes senegaleses começou a ficar mais intensa a partir de 2014, chegando ao ápice nesse mesmo ano conforme observamos no gráfico (figura 24). De acordo com o Relatório Anual do OBMigra (2020), a entrada constante dos trabalhadores imigrantes no país foi responsável também por mudanças nas regiões que agora se reconfiguram para receber essa mão de obra. Enquanto em 2010 os imigrantes em empregos formais estavam basicamente concentrados na região Sudeste, com o passar dos anos foi observado um movimento relevante em direção, principalmente, à região Sul do Brasil. Em termos de nacionalidades, o aumento da entrada de haitianos e senegaleses promoveu a rápida absorção desta mão de obra no mercado de trabalho formal na região, onde passaram a ocupar postos em atividades como as de abate de animais para exportação. Dessa forma, a região Sul praticamente alcançou a Sudeste como principal destino de trabalhadores imigrantes. (OBMIGRA, 2020)

Figura 24 - Total de imigrantes senegaleses por ano no Rio Grande do Sul

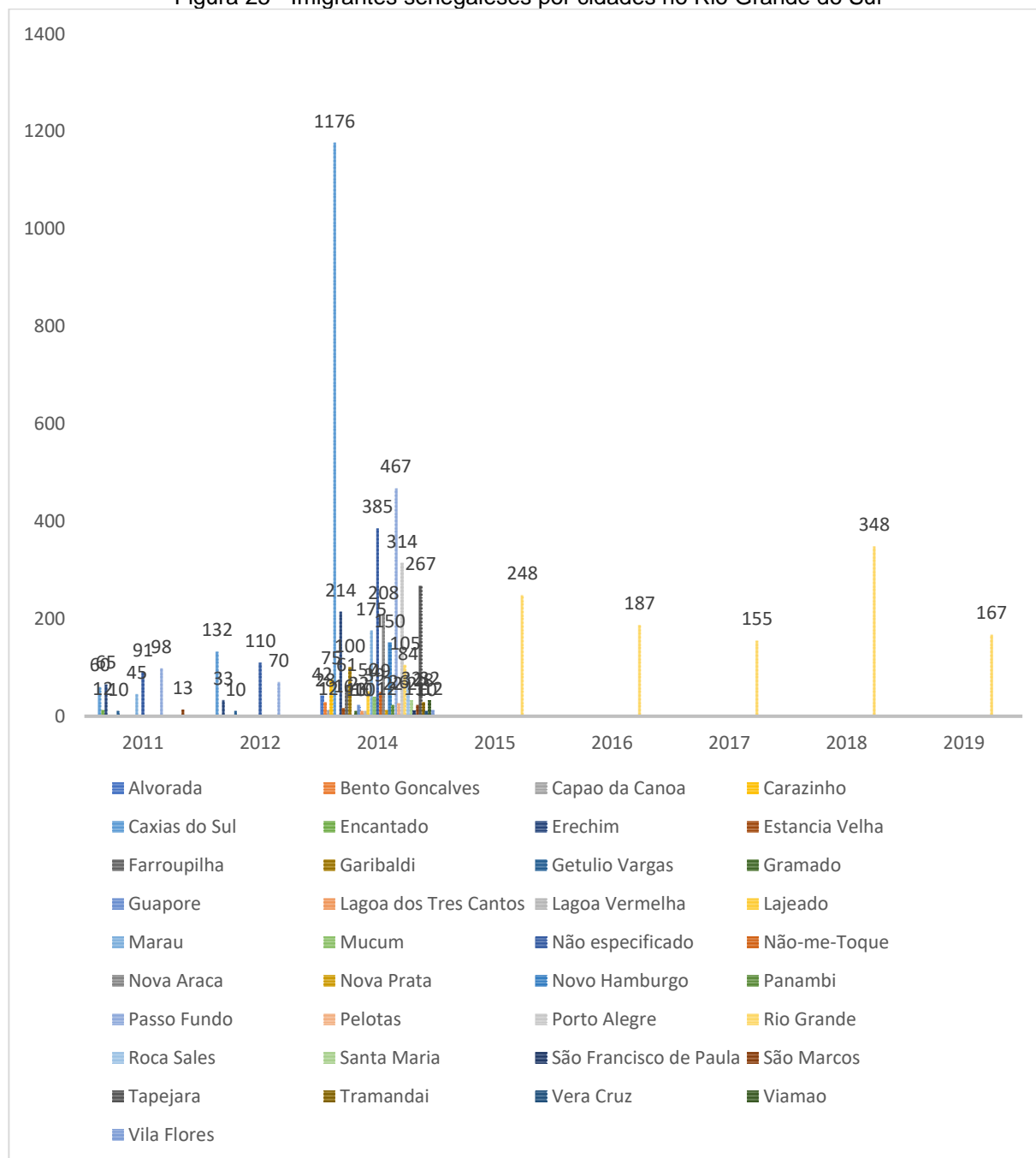


Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

No estado do Rio Grande do Sul, a principal porta de entrada foi a região da Serra Gaúcha, principalmente a cidade de Caxias do Sul. Logo em seguida, como veremos no gráfico (figura 25), mais uma migração acontece, desta vez dentro dos limites do próprio estado gaúcho. Como a principal motivação do deslocamento dos imigrantes senegaleses é a oferta de trabalho, logo começam a se movimentar dentro do estado em busca de oportunidades no mercado. A partir de 2015, existe um forte movimento em direção à região Sul do estado, mais precisamente ao município de Rio Grande.



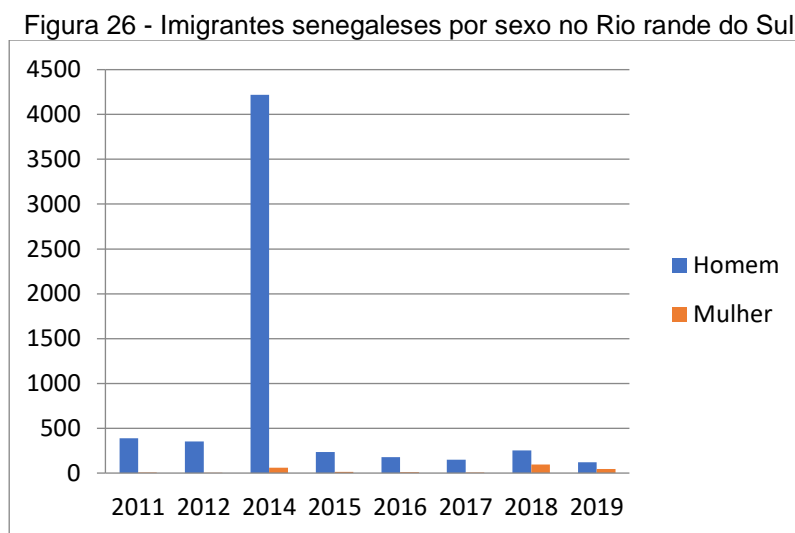
Figura 25 - Imigrantes senegaleses por cidades no Rio Grande do Sul



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Em relação à composição por sexos, a predominância da presença de trabalhadores masculinos entre os imigrantes que chegam Rio Grande do Sul, seguindo o padrão historicamente relacionado às migrações por trabalho, tem sido observada. Em 2019, aproximadamente 30% das vagas no mercado formal coube às mulheres imigrantes. Em termos proporcionais, o maior desequilíbrio entre os sexos ocorre entre os africanos, uma vez que somente 14% dos postos formais são ocupados por trabalhadoras. O gráfico (figura 26) retrata crescimento dos trabalhadores imigrantes com destaque no ano de 2014, quando os registros

mostram uma verdadeira disparada nos números. Logo após, uma significativa retração nos números evidencia o período de recessão enfrentado pelo país nos anos seguintes. Os dados também nos mostram que a presença de imigrantes do sexo feminino começa a ocupar espaços, ainda que de maneira bem discreta em relação aos homens. De acordo com o gráfico, 2018 é o período onde a presença de homens e mulheres imigrantes senegaleses se torna equilibrada.

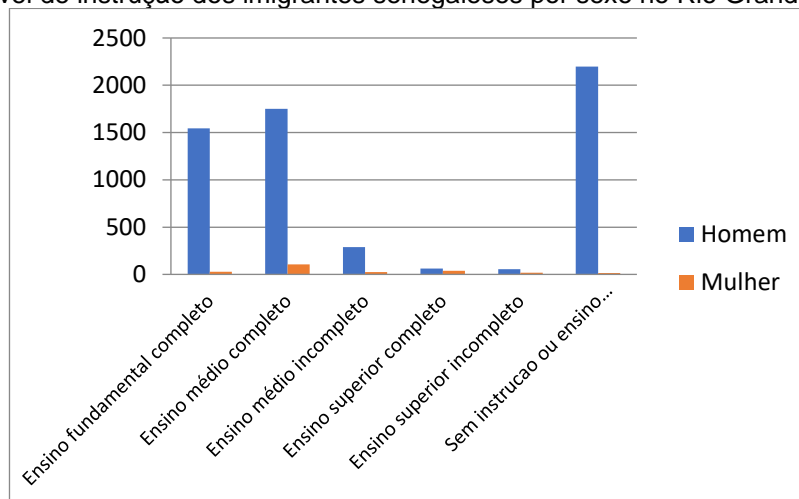


Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Os imigrantes no Brasil e também no Rio Grande do Sul seguem a tônica da incorporação laboral dos imigrantes nos países com tradição de recepção de fluxos migratórios. Assim os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia.

No tocante ao grau de instrução dos imigrantes senegaleses, o gráfico (figura 27) mostra que a maioria possui ensino fundamental incompleto ou nenhuma instrução. Também é possível concluir que os imigrantes do sexo masculino são a maioria expressiva no acesso ao ensino. O gráfico destaca ainda, que um número pequeno da população imigrante avança na formação, sendo o número de imigrantes com ensino superior, tanto completo quanto incompleto, muito distante dos demais.

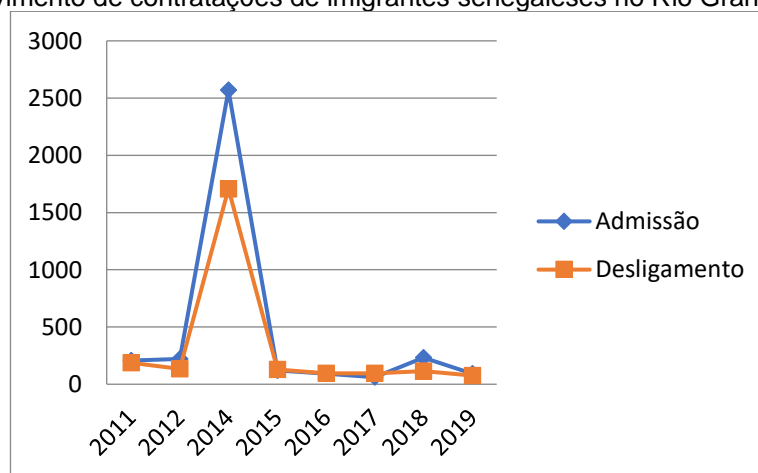
Figura 27 - Nível de instrução dos imigrantes senegaleses por sexo no Rio Grande do Sul



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

No período observado, conforme apresentado no gráfico (figura 28), observamos que no Rio Grande do Sul o volume de contratações atinge o seu ápice em 2014. No ano seguinte, ocorre uma queda acentuada na movimentação de trabalhadores. O cenário se manteve nos anos seguintes, com poucas alterações. Ainda de acordo com o gráfico da figura 28, em 2017 o saldo de contratações foi negativo, tendo uma ascensão em 2018 encerrando o ano com saldo positivo, mas voltando a cair em 2019.

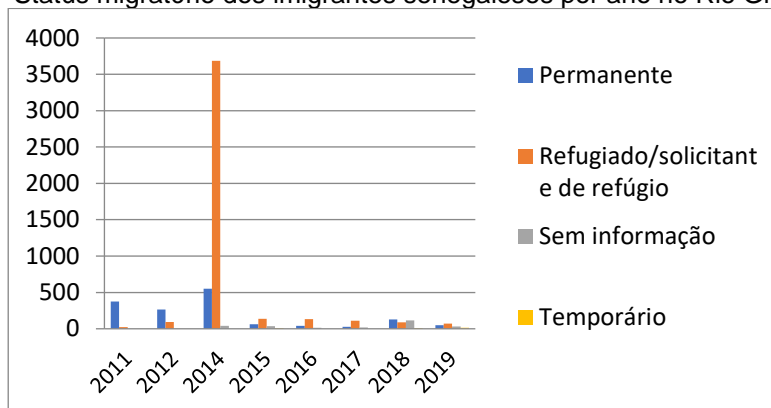
Figura 28 - Movimento de contratações de imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

O gráfico (figura 29) mostra a distribuição quanto ao status migratório dos imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul. A série histórica analisada (2010-2019) mostra que o maior fluxo de solicitações de refúgio/refugiados ocorreu em 2014, considerando que o estado também recebeu eventos da Copa do Mundo de Futebol.

Figura 29 - Status migratório dos imigrantes senegaleses por ano no Rio Grande do Sul



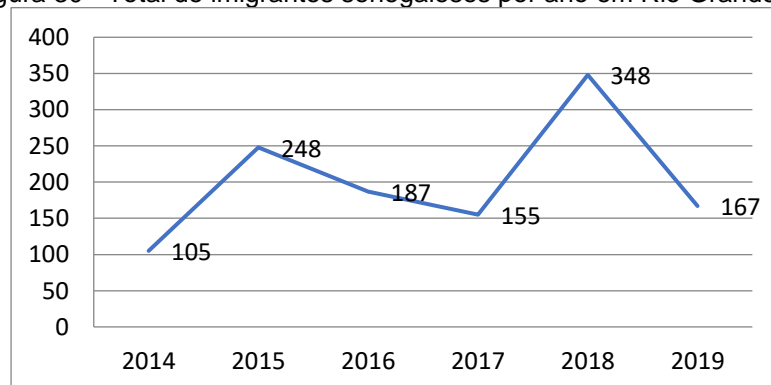
Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

### 3.3 A imigração de senegaleses para o Rio Grande-RS

Para contribuir com a presente discussão, na sequência serão apresentados dados que nos permitirão discutir o processo migratório e as características dos imigrantes senegaleses que atualmente residem no município do Rio Grande.

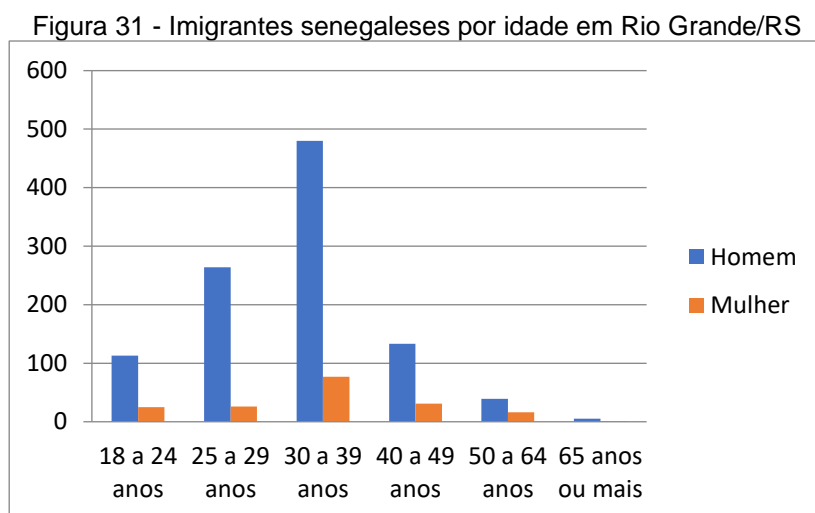
O gráfico (figura 30) mostra que, a partir do ano de 2014, o município de Rio Grande começa a receber um número expressivo de imigrantes senegaleses. No ano seguinte, os senegaleses continuam chegando ao município e o fluxo de imigrantes mais do que dobra. A seguir, vemos uma desaceleração deste movimento, com uma queda significativa nos anos de 2016 e 2017. No entanto, em 2018 o número de imigrantes senegaleses chegando ao município de Rio Grande volta a subir, sendo registrado um contingente três vezes maior que o inicial. Mas a partir de 2019 já começamos a notar uma forte queda nos números e se acentuou com a pandemia de COVID – 19. Isto não significa dizer que foi estancado ou interrompido o espalhamento dos espaços de origem das pessoas imigrantes e solicitantes de refúgio. Continua havendo imigração do sul-global, mas não no mesmo ritmo do primeiro quinquênio da série histórica analisada, em que os indicadores econômicos eram positivos.

Figura 30 - Total de imigrantes senegaleses por ano em Rio Grande/RS



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

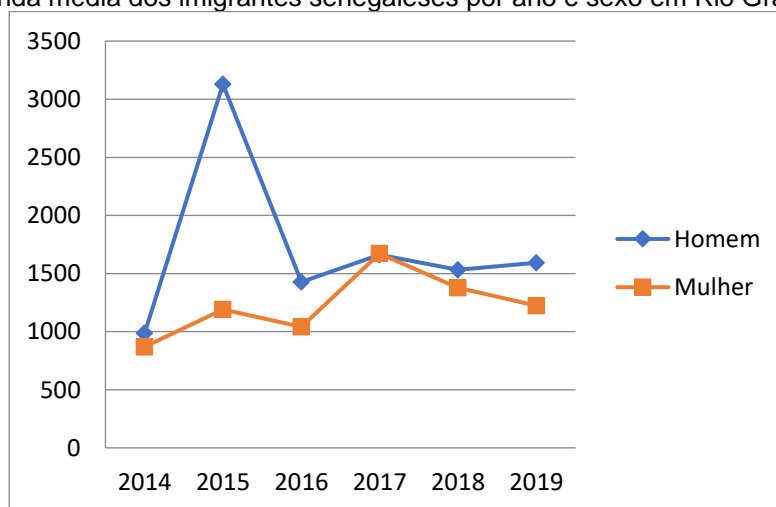
Em relação à faixa etária (figura 31) dos imigrantes senegaleses em Rio Grande/RS, podemos verificar que todos estão na faixa etária economicamente ativa, visto que eles saem do país de origem justamente em busca de trabalho e melhores condições de vida. A faixa etária com maior presença de homens e mulheres é de 30 a 39 anos.



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

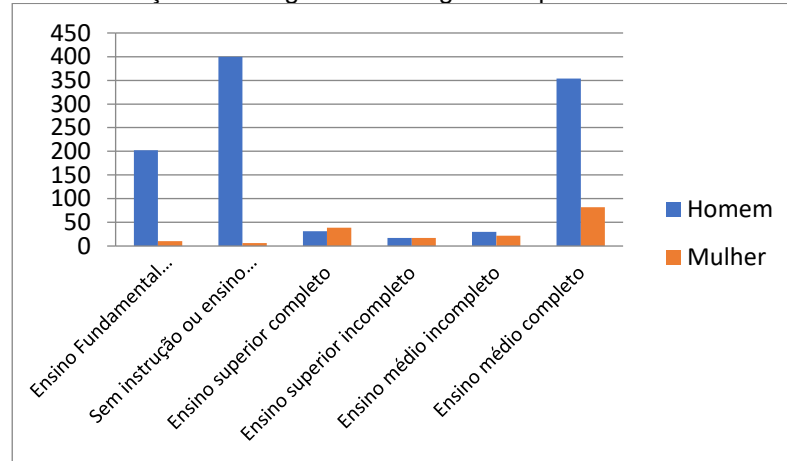
Em relação às remunerações (figura 32) o diferencial de rendimentos médios entre homens e mulheres imigrantes, embora com menos intensidade, se reproduz o que ocorre no mercado de trabalho geral do País, uma vez que as imigrantes recebem menos do que os trabalhadores do sexo masculino. Os imigrantes homens, além de possuírem renda superior às mulheres, também ganham a corrida no quesito instrução escolar (figura 33).

Figura 32 - Renda média dos imigrantes senegaleses por ano e sexo em Rio Grande/RS



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

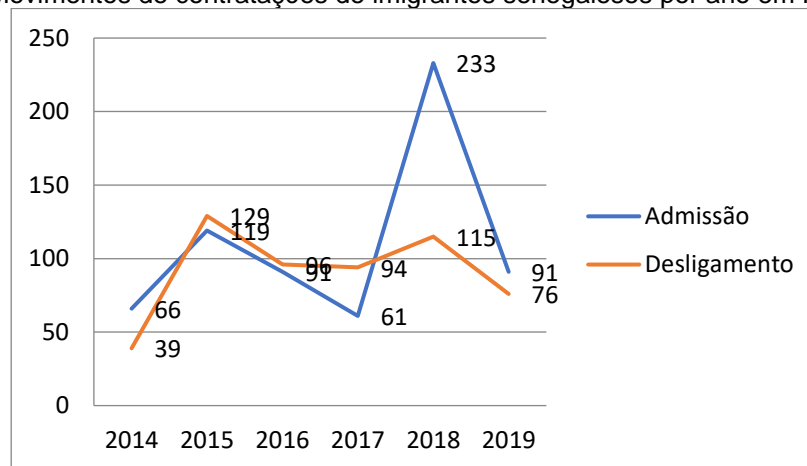
Figura 33 - Nível de instrução dos imigrantes senegaleses por sexo em Rio Grande/RS



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

O saldo de contratações (figura 34) de imigrantes senegaleses se manteve negativo entre os anos de 2015 a 2017, quando o número de demissões foi superior ao de novas admissões de empregados. Porém, a partir de 2018 o cenário muda consideravelmente e o número de novas contratações dispara. O gráfico (figura 34) mostra uma queda em 2019, acompanhando a diminuição acentuada da chegada de novos imigrantes no município de Rio Grande/RS.

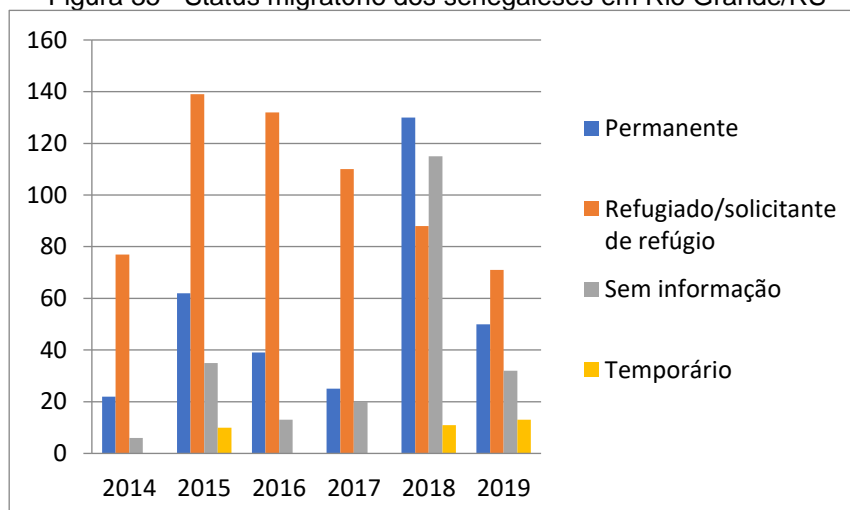
Figura 34 - Movimentos de contratações de imigrantes senegaleses por ano em Rio Grande/RS



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

Alguns senegaleses entram no país de forma legal, com visto de turista. Outros chegam ilegalmente pelas fronteiras. Já vimos anteriormente, que a maioria chega ao país na condição de solicitante de refúgio/refugiado, porém o gráfico (figura 35) observa que em 2018 o número de imigrantes senegaleses com permanência em Rio Grande ultrapassou o grupo mencionado.

Figura 35 - Status migratório dos senegaleses em Rio Grande/RS



Fonte: Base de dados harmonizados IBGE (CTPS – RAIS – CAGED)  
Elaboração: Michele Pachetes (2022)

### 3.4 Trajetórias de vida de um imigrante senegalês do município do Rio Grande

Milton Santos (2006) diz que o espaço da cidade é uma esfera da sociedade que insere e é inserida pelas demais esferas, incluindo a política e a econômica. Assim, se o espaço de uma cidade se configura através da interação com os indivíduos que a tomam para si, as interações dos imigrantes senegaleses com as regulações municipais são parte da produção concepção do espaço urbano, relacionando com a proposta de Milton Santos (2006).

O processo de “se perceber” não é uniforme, segundo M. Santos (2006). O tempo para que cada pessoa se veja e se sinta pertencente à história de determinado local é diferente. Para contextualizar a ideia, M. Santos (2006) diz que “a descoberta individual é, já, um considerável passo à frente, ainda que possa parecer ao seu portador um caminho penoso, à medida das resistências circundantes a esse novo modo de pensar.” (M. SANTOS, 2006, p. 82)

Santos (2006) relacionando cultura e lugar, Milton Santos diz que:

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias. Se aqui os instrumentos da cultura de massa são reutilizados, o conteúdo não é, todavia, “global”, nem a incitação primeira é o chamado mercado global, já que sua base se encontra no território e na cultura local e herdada.” (SANTOS, 2006, p. 70)

A partir de Santos (2001) entendemos que a reflexão “a partir do local permite compreender as desigualdades promovidas na escala global. Esses processos repercutem nos sujeitos de forma diferenciada, no entanto os mais marginalizados, e especialmente segregados se unem e estabelecem redes de solidariedade que permitem existir e resistir à globalização perversa”. A partir das ideias expostas por Santos (2001), podemos concluir que os imigrantes

das mais diversas nacionalidades, mas sobretudo os mais pobres e segregados, como é o caso dos imigrantes senegaleses estabelecem tais redes de solidariedade na cidade do Rio Grande-RS.

### **3.4.1 Trajetória de Ernest Mbaye**

Como dito anteriormente, a metodologia de entrevista semi-estruturada serviu como forma de trazer um olhar por parte do sujeito, no caso, o próprio imigrante senegalês. A entrevista foi realizada durante a abordagem da temática migração, na disciplina de Geografia da População, ministrada pelo Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula<sup>3</sup>. Na ocasião Ernest Mbaye, imigrante senegalês, compartilhou com os alunos sua trajetória, suas vivências e expectativas desde quando deixou o país de origem até a chegada ao município de Rio Grande/RS.

No contexto em que vivia no Senegal, Ernest conta que todos os irmãos moravam na mesma residência e vão deixando a casa dos pais conforme vão casando ou deixando o país para estudar ou trabalhar. Ele não é o único membro de sua família a migrar para outros países, ele conta que tem outros três irmãos que também deixaram a vida no Senegal. A família dele, segundo o mesmo conta, vivia dentro da média e sem passar por dificuldades, mas a situação econômica do país é difícil. Por esse motivo, quando surge uma oportunidade de buscar melhores condições, os senegaleses saem do país de origem visando promover melhorias para a família que permanece no seu local de origem. Ernest também menciona que tradicionalmente, é o homem que tem a responsabilidade de prover o sustento da família, o que se reflete nos dados apresentados neste trabalho, quando observamos o número expressivo de imigrantes do sexo masculino.

Ernest conta também que no Senegal, atuava como professor em uma escola de ensino fundamental. Conta que o pai não mediu esforços para que ele e os irmãos pudessem estudar e ter uma vida sem dificuldades. Porém, ele lembra que a vida no país de origem não era fácil e que pra se adquirir algum bem maior, como por exemplo um imóvel, tinha que trabalhar e juntar dinheiro por muito tempo.

Quanto às motivações para a imigração para o Brasil, Ernest nos conta que sempre gostou muito de futebol e acompanhava pela televisão a trajetória da Seleção Brasileira. Desde criança, sempre foi seu sonho conhecer o Brasil e ficava encantado com as coisas que via na televisão, através das telenovelas brasileiras exibidas no exterior. Ernest conta que ficava admirando a beleza do país, a nossa cultura e admirava alguns jogadores do elenco principal da seleção brasileira de futebol, como o lateral Roberto Carlos e o meia-atacante Ronaldinho Gaúcho. Seu sonho, aliás, é encontrar pessoalmente o ex-jogador gaúcho.

Ernest menciona a expectativa do imigrante em relação ao Brasil. Nas telenovelas que assistiam, o que se destacava a parte bonita das principais cidades retratadas nas telas, como

---

<sup>3</sup> A entrevista foi realizada em abril de 2021, de forma remota, pela plataforma google meet.



Rio de Janeiro e São Paulo, porém é sabido que a realidade da maioria dos brasileiros é bem diferente do que é representado na TV. Isso fez com que o nosso entrevistado sofresse uma certa frustração quando chegou aqui, chegando a questionar se realmente já estava em solo brasileiro, como ele mesmo relata.

No que concerne a trajetória do Senegal até o Brasil, Ernest conta que, como já tinha o sonho de visitar o país, assim que surgiu uma oportunidade para vir, ele não pensou duas vezes. Ele conta que juntou dinheiro por alguns anos para subsidiar sua visita o Brasil, quando um amigo que já estava residindo aqui o alertou a respeito da necessidade de mão de obra para trabalhar na região da serra gaúcha, mais precisamente em Caxias do Sul onde esse amigo morava. Ernest então, entrou em contato com uma pessoa que “ajudava” nessa mediação e poderia facilitar o acesso entre os países. Primeiramente, foi lhe dito que o avião partiria do Senegal diretamente para o Brasil, só que a realidade foi outra. Quando embarcou, Ernest estava tão empolgado com a realização de seu sonho que não fez muitos questionamentos em relação à viagem. Quando se deu conta de que fora enganado, Ernest já estava no Equador e se deparou com uma realidade totalmente diferente do que foi combinado.

Primeiro, os imigrantes foram colocados em uma casa onde passavam o dia inteiro. Logo que perceberam que foram enganados, os imigrantes começaram a fugir e buscar alternativas para cruzar a fronteira para o Brasil. Ele conta que viveu momentos muito difíceis e que os imigrantes passaram por situações degradantes. Uma das formas que encontraram para sair do Equador foi clandestinamente, cruzando a fronteira escondidos em porta-malas de carros. Ernest conta que a sua entrada no Brasil, em 2015, coincidiu com o fato de as fronteiras estarem abertas para o acolhimento de imigrantes haitianos, visto que o país passa por momentos de tensão política e havia sido atingido por um forte terremoto. Isso facilitou a entrada de imigrantes africanos no Brasil, pois eram confundidos com haitianos. Os imigrantes chegaram ao Brasil passando por países como Equador, Peru e Bolívia, adentrando o território nacional principalmente por meio da Região Norte, especialmente pelo estado do Acre.

Nosso entrevistado relatou sobre algumas dificuldades relacionadas à questões burocráticas referentes à regulamentação de documentação. Ao chegar no Brasil, conta que o país estava no período de transição decorrente das eleições, no final de 2014 e início de 2015. Nesse momento, acontecia a reeleição do governo de Dilma Rousseff e, segundo Ernest, os órgãos públicos estavam parados. Levou em torno de um a dois meses para formalizar a situação de entrada no Brasil.

Logo que chegaram ao Acre, Ernest conta que os imigrantes foram acolhidos e receberam ajuda, como acomodações e alimentação, bem como receberam instruções e auxílio para fazer documentação como CPF e carteira de trabalho. Do Acre, foram encaminhados para São Paulo, de onde seguiriam para destinos já pré-estabelecidos. Como ele mesmo descreveu, a maioria das pessoas se encaminhava para o Rio Grande do Sul, mais precisamente para a

cidade de Caxias do Sul, na serra gaúcha. Chegando na cidade, Ernest procurou ingressar na educação em busca de vaga como professor, formação que teve no Senegal, porém foi informado de que precisaria cursar uma faculdade aqui no Brasil e levaria em torno de cinco anos para obter o diploma e estar apto a exercer a profissão. Mas ele sentia que estava ficando velho e cinco anos estudando era muito tempo. Portanto, em seguida encontrou seu amigo senegalês que rapidamente o encaminhou para o mercado de trabalho, em uma firma de madeiras.

Outro detalhe que Ernest informa é que sofreu um choque cultural muito grande, com relação principalmente ao comportamento dos brasileiros. Ficou muito surpreso com as demonstrações de carinho em público, como beijos e abraços entre as pessoas. Ele diz também que outro fato que o chocou muito foi a forma como as pessoas se vestem, principalmente o fato das mulheres circularem mais expostas. Conta, de forma engraçada, que questionava “se eles não têm vergonha de fazer isso na rua”, se referindo aos abraços e beijos que presenciou.

Quando perguntado sobre o que o fez vir para o município de Rio Grande, Ernest conta que conheceu a cidade através de seu amigo, que trabalhava como vendedor no momento. Neste período, Ernest ficou desempregado, pois a empresa em que trabalhava não renovou seu contrato de trabalho. Esse amigo então, ficou sabendo que a cidade carecia de mão de obra em alguns setores, pois na época a maioria dos trabalhadores estava interessada nas vagas oferecidas no Polo Naval. O setor de prestação de serviços estava com muitas vagas disponíveis e logo Ernest conseguiu trabalho em uma empresa que atuava na coleta de resíduos da cidade. Ernest contou que sentiu a cidade de Caxias do Sul um tanto racista e quando chegou a Rio Grande se sentiu extremamente acolhido e por isso, decidiu que era aqui que deveria fixar moradia.

No tocante à questão econômica, nosso entrevistado menciona o que as mudanças acarretaram financeiramente para os imigrantes. Ernest relata que quando chegou ao Brasil, com o valor do dólar mais baixo ele conseguia enviar para a família uma boa quantia do salário que ganhava e conseguia se manter bem com o que restava. Porém, a forte crise econômica que atinge o país fez com que esse valor sofresse uma forte queda, uma vez que o dólar encontra-se em alta. Quando a moeda americana estava em valor mais baixo, Ernest relata que enviava cerca de R\$ 250,00 para a família e essa quantia era suficiente para oferecer algum conforto a eles. Mas com a constante alta do dólar, essa quantia fica inviável, e o que sobra acaba sendo muito pouco para manter suas necessidades básicas.

Ele diz que gostou muito dos rio-grandinos pois se mostram muito acolhedores e interessados em estabelecer relações com os imigrantes. Mas, como para toda a regra existe uma exceção, nosso entrevistado conta que sofreu uma certa discriminação por parte de alguns trabalhadores que se sentiram “ameaçados” e reclamaram que os imigrantes estavam “tirando” dinheiro do Brasil para mandar pra fora.

Conta também de um episódio de racismo que teria sofrido. Na ocasião, Ernest estava em um bar assistindo um jogo de futebol entre Grêmio e Internacional, time que ele escolheu para torcer aqui no Sul. Como sabemos, o clássico Gre-Nal é um dos mais disputados do futebol brasileiro e as torcidas costumam ficar com os ânimos alterados em dia de clássico. Pois bem, no momento em que assistia o jogo, Ernest conta que seu time fez um gol e quando comemorava foi chamado de negro de forma pejorativa por um rapaz que estava no mesmo bar. Ernest no momento não percebeu o racismo contido na fala do homem, porque no Senegal não existe essa distinção de raças. Porém foi alertado pelo amigo que estava sendo vítima de discriminação racial, e inclusive lhe ofereceu ajuda se ele quisesse tomar medidas judiciais que o caso permite. Mas Ernest não quis levar o caso adiante por não se sentir ofendido, já que até então, desconhecia essa forma de violência.

Sobre a vida e rotina em Rio Grande, Ernest relata que a comunidade senegalesa que aqui reside conta com uma Associação, que organiza reuniões mensais para debater acerca da situação dos imigrantes no município. Durante essas reuniões ainda os imigrantes participantes colaboram com um valor financeiro para arrecadar recursos, como se fosse um caixa da associação. A utilização desses recursos depende da necessidade dos imigrantes, quando alguém passa por uma situação de desemprego ou ainda, no caso de falecimento, esses recursos são utilizados para realizar o traslado do corpo para o Senegal.

Os senegaleses são em sua maioria muçulmanos, mas existem alguns poucos católicos, como o próprio Ernest. Conforme ele nos conta, apesar disso não existe uma distinção. Como nos conta Ernest, ambas as religiões vivem em harmonia e durante celebrações e festejos religiosos é comum as duas comunidades estarem reunidas e integradas. Como forma de interação e também para resgatar suas origens e trazer um pouco do Senegal para a sua nova realidade, Ernest informa que os imigrantes senegaleses muçulmanos realizam festejos, onde é comemorado a volta do pastor deles e a festa acontece durante todo o dia.

Ainda sobre a vida no município gaúcho, nosso entrevistado conta que atuou em projetos da Prefeitura Municipal em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde ministrava aulas de português e informática para a comunidade dos imigrantes no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Com o avanço da pandemia de COVID-19, as aulas precisaram ser interrompidas na data em que foi realizada a entrevista não existia previsão para o retorno das atividades presenciais. Conta também que participou de missas para os senegaleses na Catedral de São Pedro fazendo a leitura em francês, idioma do país de origem.

Sendo católico, tanto em Caxias do Sul como em Rio Grande, quando chegou logo buscou auxílio nas igrejas. Foi através do trabalho que realizava na igreja que conheceu projetos como o mencionado anteriormente, o que também lhe deu a oportunidade de atuar como representante dos imigrantes senegaleses no Conselho Municipal do Imigrante (COMIRAT) e também da Pastoral do Imigrante.

Nos encaminhando para o final da entrevista, foi perguntado sobre os costumes gaúchos que ele incorporou à sua rotina, como está se adaptando ao clima e como tem se saído em relação ao idioma. Também foi perguntado quais eram suas expectativas em relação ao futuro e qual o sonho que ele gostaria de realizar. Em relação aos hábitos gaúchos, ele compartilhou que o hábito de tomar chimarrão já faz parte da sua rotina, inclusive mostrou que está equipado com os utensílios necessários para o preparo do seu amargo. Quanto à questão do clima, ele diz que sentiu muita diferença em relação ao Senegal, onde a temperatura costuma ser mais amena. Ele brincou com a turma dizendo que no Senegal quando a temperatura está na casa dos 21°C já é momento de colocar um agasalho mais reforçado enquanto aqui no sul, principalmente na região da serra onde ele morou inicialmente, as temperaturas podem ficar negativas.

#### 4. CONCLUSÕES

Desde a fundação do município do Rio Grande/RS a presença do africano é evidente. Os primeiros imigrantes africanos chegaram à região trazidos durante a expedição de João de Magalhães, que tinha como objetivo se apossar das terras do sul gaúcho. Os imigrantes escravizados tiveram papel fundamental na formação do município, exercendo todo o tipo de trabalho, desde serviços domésticos desenvolvidos pelas mulheres até os serviços braçais mais degradantes e desgastantes fisicamente e moralmente. Por isso, essa pesquisa partiu da necessidade de se evidenciar a presença do africano desde os primórdios da formação da cidade, contrastando com os atuais imigrantes senegaleses que muitas vezes são discriminados como “invasores”.

Neste sentido, as metodologias utilizadas permitiram evidenciar os reflexos que a escravização africana nos dias atuais. Em 1888, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, porém nenhuma estrutura foi dada aos cidadãos negros que foram libertos. Isso fez com que a grande maioria passasse a viver em regiões sem estrutura, à margem da sociedade, encontrando-se em condição de vulnerabilidade social e discriminação. A partir daí, foi se instaurando a cultura do embranquecimento, pois quanto mais claro fosse o tom de pele daquela pessoa, menos ela sofreria os efeitos do racismo. A invisibilidade do negro em dados estatísticos se deve ao fato de que desde muito cedo, pessoas negras são levadas a questionar sua condição racial, se autodeclarando nas pesquisas censitárias como pardo, ou mesmo branco.

Logo após a extinção das senzalas, na abolição da escravidão, os bairros pobres foram tomando forma nas periferias das cidades, já que aos negros libertos não foi ofertado nenhum subsídio capaz de garantir alguma dignidade. A oferta de vagas com menor qualificação nas indústrias que surgiram também colaborou para a alocação dessa quantidade de mão de obra. Ao Brasil, até a proibição do tráfico negreiro, chegaram mais de três milhões de imigrantes negros escravizados, conforme expõe Torres (2018).

Para alguns historiadores, os portugueses construíram e tomaram como verdade absoluta a mentalidade de que o homem branco europeu não poderia vir ao Novo Mundo para trabalhar. O homem branco europeu veio para o Brasil para mandar, governar, usufruir dos recursos e formar fortuna às custas do trabalho do negro escravizado, que era obrigado a realizar todo tipo de trabalho manual. Os primeiros que se estabeleceram nos territórios do atual estado gaúcho não eram contrários a estas ideias. É por este motivo que já nas expedições de João de Magalhães, encontramos a presença de negros escravizados. (TORRES, 2018)

Isso se reflete até os dias atuais, como podemos perceber observando os números da pirâmide etária brasileira quando se trata de cor. A grande maioria da população NÃO se declara negra justamente por vivermos ainda num país extremamente racista, onde tudo que vem da origem negra é tido como ruim, feio, negativo, etc. Quando analisamos a pirâmide do município de Rio Grande, a situação pouco muda. Isso se dá justamente pelo que foi mencionado

anteriormente: as culturas da Europa são tomadas como exemplo a ser seguido até hoje. Outros indicadores como renda média e alfabetização evidenciam essas desigualdades raciais. Seguindo o padrão Brasileiro, no município do Rio Grande, as pessoas negras são pior remuneradas, e estão em maior proporção no grupo de não alfabetizados do que a população branca.

Ao fazermos uma análise do município de Rio Grande segundo dados obtidos pelo IBGE e relacionar a distribuição da população e a renda média, podemos observar que os brancos residem nas áreas urbanas do município possuem as maiores rendas, principalmente os que vivem nas redondezas da área central da cidade. Uma das causas dessa realidade seria a concentração de pessoas nessas localidades que podem pagar por melhores condições de moradia e mobilidade. Nas periferias, se encontra a parte mais carente da população, geralmente preta e parda, com menor poder aquisitivo e que precisa se submeter a empregos com menor remuneração. Esse padrão de ocupação da cidade, também se repete na análise da variável alfabetização, uma vez que os não alfabetizados estão em maior número nos bairros mais ocupados por negros.

Em suma, na análise da população rio-grandina em relação à cor ou raça, vemos ainda que boa parte da população periférica é preta ou parda (negra). Isso se dá também por uma questão histórica, já que Rio Grande é, assim como a maioria do estado do Rio Grande do Sul, de colonização europeia. Sendo assim, a população não branca acabou por se espalhar para as regiões mais afastadas do centro da cidade, que era majoritariamente dominado pela elite branca. (IBGE, 2012).

Na série histórica analisada (2010-2019), a mobilidade humana internacional tem apresentado uma nova e importante característica: a predominância, em termos migratórios e de refúgio, das migrações do sul-global. Nesse contexto, a presença de imigrantes africanos, senegaleses ganham evidência no cotidiano do município de Rio grande/RS. Hoje é muito difícil transitar pelo centro da cidade e não nos depararmos com africanos trabalhando como ambulantes, muito embora alguns já tenham se consolidado e montado seu comércio em espaços de trabalho formal, melhor estruturados e de maneira legalizada.

Segundo dados de 2020 do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, muitos imigrantes vêm para o Brasil devido às crises econômicas e políticas vividas pelos seus países de origem. Já uma grande parte, busca o país por conta de sua imagem como potência emergente, já que o Brasil tem sediado diversos eventos de relevância mundial, como as Olimpíadas e até a Copa do Mundo de Futebol.

No Rio Grande do Sul, a movimentação de imigrantes senegaleses começou a ficar mais intensa a partir de 2014, chegando ao ápice nesse mesmo ano conforme observamos nos dados analisados. No estado gaúcho, a principal porta de entrada para os imigrantes senegaleses foi a região da Serra Gaúcha, principalmente a cidade de Caxias do Sul. Logo em seguida, mais

uma mobilidade acontece, desta vez dentro dos limites do próprio estado gaúcho. Como a principal motivação do deslocamento dos imigrantes senegaleses é a oferta de trabalho, logo começam a se movimentar dentro do estado em busca de oportunidades no mercado. A partir de 2015, existe um forte movimento em direção à região Sul do estado, mais precisamente ao município de Rio Grande.

Os dados analisados mostraram que o movimento de entrada de imigrantes senegaleses no município de Rio Grande/RS se inicia em 2014, tendo seu fluxo chegando ao ápice em 2015. Porém, com a forte crise econômica que se instala no Brasil, a partir de 2016 esses fluxos migratórios sofrem uma queda acentuada. Esse fator se mantém em 2017, mas no ano seguinte os números voltam a subir. Já em 2019, nova queda é registrada e com a chegada da pandemia de COVID-19 essa queda se torna mais expressiva.

Concluindo o estudo, apresentou-se uma entrevista semiestruturada para trazer a visão do sujeito da presente análise: o imigrante senegalês. A entrevista foi realizada durante a abordagem da temática migração, na disciplina de Geografia da População, ministrada pelo Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula. Na ocasião Ernest Mbaye, imigrante senegalês, compartilhou com os alunos sua trajetória, suas vivências e expectativas desde quando deixou o país de origem até a chegada ao município de Rio Grande/RS. Nosso entrevistado destacou o contexto vivido no Senegal, seu país de origem. Sendo assim, ele expôs todo seu itinerário até chegar a Rio Grande e fixar moradia. As expectativas criadas pelos imigrantes logo caem por terra quando se deparam com a realidade do Brasil. O que é visto pelos imigrantes é o que é mostrado nas novelas que são exibidas para o exterior, fazendo assim com que eles tenham uma imagem distorcida do que realmente vivemos aqui. Nas novelas, a realidade de pobreza e violência não é retratada conforme a realidade da maioria dos brasileiros. Tal fato fez Ernest se questionar, na sua chegada, se realmente estava em solo brasileiro, uma vez que na televisão só tinha visto as belezas que o país oferecia. Outra questão levantada pelo imigrante senegalês é a xenofobia sofrida por parte da população e empresários da cidade. Por puro preconceito, alegam que os imigrantes estão “tirando” dinheiro do Brasil e mandando para fora do território nacional, se esquecendo que existem também brasileiros vivendo em outros países. A partir dos relatos de Ernest, ficou evidente a necessidade de estudos, políticas públicas e iniciativas que promovam a integração dos imigrantes na sociedade riograndina.

Diante do exposto o trabalho alcançou o seu objetivo geral de “discutir a imigração africana no município do Rio Grande/RS, no período escravocrata e na atualidade, considerando as motivações e itinerários dos imigrantes, bem como as desigualdades socioespaciais em que estão inseridos”. O estudo evidenciou que mesmo após o fim da escravização de africanos, a população negra ainda é vista de maneira marginalizada e invisibilizada. A análise dos indicadores permite concluir a necessidade de políticas públicas que garantam equidade de renda e acesso à educação. Isso fomenta cada vez mais a ideia de que a população que reside

nas periferias é uma população extremamente marginalizada, o que contribui para a disseminação do preconceito e discriminação da população negra. Também evidenciou um novo processo de imigração africana, do Sul-global, de senegaleses, para o Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande. Além de caracterizar esse processo migratório de 2010 a 2019, buscou através das entrevistas apresentar uma visão humanizada do imigrante, destacando seus itinerários, expectativas, e como se insere no cotidiano municipal.

## REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3). 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/18027/16976/56348>>

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

CAVALCANTI, Leonardo. OLIVEIRA, Wagner. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. **Relatório Anual OBMigra**, 2020. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf)

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu.; ARAUJO, Dina., TONHATI, Tania. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual OBMigra 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: **Resultados do universo**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010rpu.asp?o=4&i=P>>

DA LUZ, Valentina Fonseca. **“Camelô é trabalhador”**: As políticas regulatórias do comércio ambulante e a migração senegalesa em Porto Alegre. 2020. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/221921>>

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Notas de Aula**. Anexo do Estudo Dirigido Parte IV. Rio Grande: FURG, 2020.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&ots=ORRV-u8nj-&sig=UKKT5PMKjUy7CNkAyjt8I2OVoil&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=true](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&ots=ORRV-u8nj-&sig=UKKT5PMKjUy7CNkAyjt8I2OVoil&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true)



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAYTANO, Dante de. O negro no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v.21, nº 1, 1995. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/28932/16047/0>>

MJSP. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portal da Imigração**. OBMIGRA, Microdados. Dados Harmonizados (CTPS-RAIS-CAGED). Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados>. Acesso em 25 jun. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Renato Abramowicz. **Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, nº 46, pp. 783–806, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4605>

TORRES, Luiz Henrique. A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra. **Biblos** – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 22, nº 1, FURG. Rio Grande. 2008. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/859/339>>

TORRES, Luiz Henrique. Fundamentos Históricos da Presença Negra no Rio Grande do Sul: O exemplo da cidade do Rio Grande. In. ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Retratos da escravidão no contexto sul-riograndense**. Biblioteca Rio-Grandense. Lisboa/Rio Grande, 2018.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o RS no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117357>